

# DIÁRIO

## DO PODER JUDICIÁRIO



Boa Vista-RR, 09 de Setembro de 2008

ANO X - EDIÇÃO 3921

R\$ 1,60

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

**Bel. ITAMAR LAMOUNIER**  
Secretário do Tribunal Pleno

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 010 08 010035-6**  
**IMPETRANTE: WANESSA RODRIGUES DOS SANTOS**  
**ADVOGADA: DRA. DOLANE PATRÍCIA**  
**IMPETRADO: SECRETÁRIA DE ESTADO DE GESTÃO**  
**ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA – PRAZO ENTRE A NOMEAÇÃO E A DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO INFERIOR A TRINTA DIAS – NULIDADE DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AQUISIÇÃO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS EM TEMPO ÍNFILO APÓS O TERMO FINAL DO PRAZO PARA A POSSE – IRRAZOÁVEL – SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. Se a pessoa nomeada para um cargo público tem o prazo de trinta dias para tomar posse (§ 1º. do art. 13 da L.C. 053/2001), a Administração Pública é obrigada a aceitar a entrega da documentação dentro desse prazo, sob pena do desrespeito à lei e, conseqüentemente, a invalidação de qualquer ato praticado.
2. Indiscutivelmente, o respeito à letra da lei deve ocorrer, entretanto, nem sempre faz-se justiça pela sua observância cega.
3. Desde que não se fuja do bom senso (princípio da razoabilidade), é a JUSTIÇA que deve ser garantida, porque é ela que os indivíduos buscam quando procuram o Poder Judiciário.
4. A observância dos princípios da legalidade e da razoabilidade, ambos de origem constitucional, deve ser feita obrigatória e cumulativamente.
5. No caso concreto, a Impetrante concluiu todas as disciplinas do curso dentro do prazo necessário (adquiriu todo o conhecimento exigido), contudo, por razões burocráticas (de forma) da instituição de ensino que frequentou, o levantamento de sua situação estudantil somente pôde ser concluído dez dias depois do termo final para a apresentação dos documentos.
6. A negativa de posse nessa situação é injusta e fere o bom senso, porque o período entre o termo final e a expedição da documentação pela instituição de ensino (dez dias) é irrisório perante a verdadeira vontade da lei.
7. É a falta de bom senso na aplicação da norma que retira a validade do ato.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em julgar o pedido procedente, concedendo a segurança nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente

**Des. CARLOS HENRIQUES**  
Vice-Presidente

**Des. RICARDO OLIVEIRA**  
Julgador

**Des. JOSÉ PEDRO**  
Julgador

**Des. MAURO CAMPELLO**  
Julgador

**Des. ALMIRO PADILHA**  
Relator

Esteve presente:  
Procurador-Geral de Justiça

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 08 DE SETEMBRO DE 2008.**

**Bel. ITAMAR LAMOUNIER**  
Secretário do Tribunal Pleno

#### SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA

**ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR**  
Secretário da Câmara Única

#### PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

**O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Pedro, Presidente em exercício da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia 09 de setembro do corrente ano, às nove horas, ou nas sessões subseqüentes, serão julgados os processos a seguir:**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.005583-6 – BOA VISTA-RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS**  
**APELADA: KÉZIA ALVES DO NASCIMENTO**  
**ADVOGADO: DR. JOSIMAR SANTOS BATISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007722-6 – BOA VISTA-RR**  
**APELANTE: WILLYS LAGO FONTELES**  
**ADVOGADO: DR. RODOLPHO MORAIS**  
**APELADA: ANA NERY DA CUNHA OLIVEIRA**  
**ADVOGADA: DRA. ELLEN EURÍDICE C. DE ARAÚJO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010299-8 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO FERNANDO SOARES PEREIRA**  
**AGRAVADA: ROSÂNGELA DOS ANJOS SILVA**  
**ADVOGADO: DR. STÉLIO BARÉ DE SOUZA CRUZ**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

#### REPUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO POR INCORREÇÃO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009616-6 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**

**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS COELHO**  
**APELADA: JULIANA LIMA AGUIAR NUNES**  
**ADVOGADOS: DR. ALEXANDRE DANTAS E OUTROS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO – DESCONTOS EM FOLHA DE PARCELAS TIDAS COMO INDEVIDAS – AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA – INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL – SENTENÇA MANTIDA – APELO IMPROVIDO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dezanove dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito.

Des. Carlos Henriques  
Relator/Presidente

Des. Almiro Padilha  
Revisor

Des. Mauro Campello  
Julgador

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008462-8 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**APELADO: EDIVALDO CLÁUDIO AMARAL**  
**ADVOGADO: DR. ALEXANDER LADISLAU MENEZES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### EMENTA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. INEXISTÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS. LOCAL JÁ DEGRADADO HÁ MUITOS ANOS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO DA OBRA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Embora a construção esteja sendo realizada em área de preservação permanente, constata-se que a obra não provocará danos ambientais significativos, pois o local já se encontra degradado há muitos anos, não havendo mais mata ciliar.
2. Recurso conhecido e desprovido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista – RR, 26 de agosto de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. José Pedro  
Julgador

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.07.009151-6 – BOA VISTA/RR**  
**1º APELANTE: FRANCIMAR SOUZA DE OLIVEIRA**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. SÍLVIO ABBADE MACIAS**  
**2ª APELANTE: LUCINÉIA HORBELT DA SILVA**  
**ADVOGADA: DRA. RITA CÁSSIA RIBEIRO DE SOUZA**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### EMENTA

APELAÇÃO CRIME – ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO – PROVA ROBUSTA DA AUTORIA – ABSOLVIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE. QUANTUM DA PENA CORRETAMENTE APLICADO – SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSOS IMPROVIDOS.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CRIME Nº 0010 07 009151\_6, da Comarca de Boa Vista, em que são partes as acima identificadas.

ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Câmara Única, Turma Criminal, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o parecer da Procuradoria de Justiça, em conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo as condenações de FRANCIMAR SOUZA DE OLIVEIRA e LUCINÉIA HORBELT DA SILVA nas penas do art. 157, § 2º, inciso I e II, do Código Penal, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

SALA DAS SESSÕES DA EGRÉGIA CÂMARA ÚNICA, TURMA CRIMINAL, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO (02.09.2008).

Des. Carlos Henriques  
Presidente e Relator

Des. Ricardo Oliveira  
Revisor e julgador

Des. Mauro Campello  
Julgador

Dr. Edson Damas da Silveira  
Procurador de Justiça

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010629-6 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: EUFLÁVIO DIONÍZIO LIMA**  
**PACIENTE: JOSÉ LADISLAU SANTOS**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### EMENTA

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE ENTORPECENTE – FLAGRANTE FORJADO – INOCORRÊNCIA – PACIENTE QUE GUARDAVA OU TRAZIA CONSIGO SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE – ALEGATIVA DE SER USUÁRIO – MATÉRIA DE MÉRITO – INCABÍVEL NA VIA ELEITA – ORDEM DENEGADA EM DEFINITIVO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de HABEAS CORPUS Nº 0010 08 010629\_6 – Comarca de Boa Vista, em que são partes as acima identificadas.

ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Colenda Câmara Única – Turma Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos,

em harmonia com o parecer Ministerial, em DENEGAR em definitivo da ordem impetrada em favor de JOSÉ LADISLAU SANTOS, por ausência de constrangimento ilegal a ser sanado nesta via, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E OITO (02.09.2008).

Des. Carlos Henriques  
Presidente e Relator

Des. Ricardo Oliveira  
Julgador

Des. Mauro Campello  
Julgador

Dr. Edson Damas da Silveira  
Procurador de Justiça

#### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010439-0 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO**  
**APELADO: JORGE MÁRIO PEIXOTO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO: DR. ORLANDO GUEDES RODRIGUES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

#### **EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL – CAUTELAR CONCEDIDA – TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO – EXTINÇÃO DO FEITO PRINCIPAL – JULGADO IMPROCEDENTE – EFICÁCIA DA CAUTELAR PREJUDICADA – RESSARCIMENTO DOS VALORES GASTOS NA EXECUÇÃO DA CAUTELAR – LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA NA PRÓPRIA CAUTELAR – APELO PROVIDO.

#### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso, para dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito.

Des. Carlos Henriques  
Relator/Presidente

Des. José Pedro  
Revisor

Des. Almiro Padilha  
Julgador

#### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010490-3 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO ESTEVÃO SALES CRUZ**  
**APELADA: LAURA JENNIFER WATSON DE LIMA**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

#### **EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL – CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR – PRELIMINARES – AGRAVO RETIDO – IMPROVIDO – PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR – REJEIÇÃO – MÉRITO – EXAME PSICOTÉCNICO – REALIZAÇÃO ANTES DO CURSO DE FORMAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – EXEGESE DO ART. 11, “CAPUT” E § 1º,

DA LC Nº 051/01 – CARÁTER SIGILOSO – INADMISSIBILIDADE – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA, CONTRADITÓRIO, ISONOMIA, LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MOTIVAÇÃO E PUBLICIDADE – ATO ADMINISTRATIVO PASSÍVEL DE APRECIÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 169 DO CONSTITUIÇÃO FEDERAL – SENTENÇA MANTIDA – APELO IMPROVIDO.

#### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por unanimidade, em rejeitar as preliminares e, no mérito, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Presidente/Relator

Des. José Pedro  
Revisor

Des. Almiro Padilha  
Julgador

#### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010405-1 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DR. ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA**  
**APELADO: RONALDO MELO CARVALHO**  
**ADVOGADO: DR. BERNARDINO DIAS DE SOUZA CRUZ NETO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

#### **EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL – PRELIMINAR – AGRAVO RETIDO – DUPLO EFEITO DA APELAÇÃO – REJEITADAS – MÉRITO – CULPA EXCLUSIVA – CULPA CONCORRENTES – TESES REBATIDAS – DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES DEVIDOS – DANO MORAL DEVIDAMENTE FIXADO – PENSÃO COM BASE EM SALÁRIO MÍNIMO – POSSIBILIDADE – CARÁTER ALIMENTAR – CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS – IMPOSSIBILIDADE – SENTENÇA REFORMADA – APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

#### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do Recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito.

Des. Carlos Henriques  
Presidente e Relator

Des. José Pedro  
Revisor

Des. Almiro Padilha  
Julgador

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010496-0 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: ALMIR ROCHA DE CASTRO JÚNIOR**  
**PACIENTE: RENATO PAES DE MELO**

**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

### DESPACHO

Considerando que já consta nos autos decisão liminar proferida pelo eminente Des. Carlos Henriques, às fls. 97/68, ficando desconfigurada a urgência da tramitação do feito e não se justificando a imediata redistribuição do presente Writ, entendo ser a hipótese do retorno dos autos ao relator originário, cujo período de afastamento deste não é superior a 30 (trinta) dias, nos moldes do art. 130, § 2º do RITJRR.

Sendo assim, encaminhem-se os presentes autos ao relator originário, aguardando seu retorno.

Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010631-2 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: FRANCISCO ALVES NORONHA**  
**PACIENTE: LUIZ SEVERIANO FERNANDES NETO**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

### DECISÃO

Trata-se Habeas Corpus com pedido liminar impetrado por FRANCISCO ALVES NORONHA, em favor de LUIZ SEVERIANO FERNANDES NETO alegando que o paciente, denunciado como incurso nas penas do art. 312, § 1º do CP, está sofrendo constrangimento ilegal por parte do MM Juiz da 5ª Vara Criminal.

Afirma que a denúncia no processo 010 07174294-3 foi recebida sem notificação do acusado para responder por escrito no prazo de 15 (quinze) dias, ao arripio do art. 514 CPP, suprimindo fase processual e que o pedido de reconsideração, impetrado em 14.08.2008 não foi analisado, sendo que o interrogatório já está marcado para 21.08.2008 (Carta Precatória – Comarca de Rio Branco/AC).

Notificada a autoridade indigitada coatora para prestar as informações, estas vieram às fls.35/36.

Informa o magistrado que na data de 27 de agosto, chamou o feito a ordem e proferiu despacho “revogando o recebimento da denúncia no sentido de abrir prazo para o denunciado responder no prazo do art. 514 CPP “(doc. fls. 37).

É o breve relato. DECIDO:

O Habeas Corpus impetrado teve seu provimento com o despacho acostado às fls. 37, chamando o feito à ordem e determinando a notificação do acusado para responder no prazo de lei.

Ante o exposto, restou prejudicada a análise do writ, por perda do objeto, nos termos do art. 659 da nossa Lei Adjetiva Penal, in verbis:

“Se o juiz ou tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido.”

Com amparo no art. 175, XIV do RITJ/RR, dou o pedido por prejudicado e, decreto extinto o processo, determinando seu consequente arquivamento.

Desta decisão dê-se ciência ao Ministério Público graduado.

Publique-se.

Intimem-se.

Boa Vista(RR), 02 de SETEMBRO de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator

### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010605-6 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTES: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO E OUTRA**  
**PACIENTE: LEANDRO SILVA DA COSTA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

### DESPACHO

I – Reitere-se o pedido de informações VIA CORREGEDORIA.

II – Após, conclusos.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.07.007622-8 – BOA VISTA/RR**  
**1º APELANTE / 2º APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**2º APELANTE / 1º APELADO: EVANO RODRIGUES ALVES**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. ROGENILTON FERREIRA GOMES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

### DESPACHO

Acolho a promoção ministerial (fl. 292).

Dê-se nova vista à Defensoria Pública, para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o item I do despacho de fl. 284.

Publique-se e intime-se.

Boa Vista, 05 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010608-0 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTES: JOSINALDO BARBOZA BEZERRA E OUTROS**  
**PACIENTE: EVERALDO LIMA CARNEIRO JÚNIOR**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

### DECISÃO

A liminar, em sede de habeas corpus, é medida cautelar excepcional.

No caso em apreço, cotejando os argumentos da impetração com as informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, não se afigura patente o constrangimento ilegal.

ISTO POSTO, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se.

Boa Vista, 01 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.009836-0 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: MAYCON DE CARVALHO BARBOSA**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**DECISÃO**

Às fls. 265 o nobre Defensor Público peticionou, com anuência do interessado, comunicando a desistência do interesse de recorrer.

Sendo lícito a parte desistir do recurso a qualquer tempo durante a tramitação do recurso, homologo o presente pedido de desistência recursal com arrimo no art. 175, inciso XXXII, do RITJ/RR, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Dê-se ciência a douta Procuradoria de Justiça.

Anote-se. Publique-se. Baixem os autos.

Boa Vista(RR), 18 de AGOSTO de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.007429-8 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS COELHO**  
**AGRAVADO: MÁRCIO MORAES ANTONY**  
**ADVOGADO: DR. EMERSON LUIS DELGADO GOMES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

**DECISÃO**

ESTADO DE RORAIMA interpôs este agravo, buscando a reforma da decisão proferida pelo Juiz de Direito da 8ª. Vara Cível de Boa Vista, na Ação de Obrigação de Fazer nº. 001006151054-0, por meio da qual o pedido de liminar foi deferido “para que o Estado de Roraima deixe de oferecer vagas impossibilitando a ida de qualquer oficial para participar do Curso Superior de Polícia que antecede a promoção para o cargo de Coronel e ainda obste a promoção de todos os militares que foram promovidos ao cargo de Tenente Coronel no ano de 2004” (fl. 24).

O Ministério Público informou que a sentença já foi proferida e o pedido, julgado procedente (fls. 55 e 56).

Decido.

Desapareceu, portanto, qualquer utilidade que este agravo pudesse ter (interesse recursal), pois seu resultado final, mesmo sendo favorável ao Agravante, não alterará a sentença, por ter sido proferida sob cognição exauriente.

Por essa razão, na forma do art. 557 do CPC c/c inc. XIV do art. 175 do RITJRR, nego seguimento a este agravo, em razão de estar prejudicado pela perda de seu objeto.

Após as formalidades de praxe, archive-se.

Publique-se.

Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Des. ALMIRO PADILHA  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010675-9 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: DANIEL SEVERINO CHAVES**  
**PACIENTE: JOSIAS SEVERINO CHAVES**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

**DESPACHO**

Fundado em razões de prudência, examinarei o pedido de liminar após as informações da autoridade apontada como coatora.

Oficie-se ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, para que as preste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS Nº 0010.08.010602-3 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: SAMUEL WEBER BRAZ**  
**PACIENTE: KYURY ELLEN DE SOUZA E SILVA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ PLANTONISTA DA COMARCA DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

**DESPACHO**

I – Reitere-se o pedido de informações VIA CORREGEDORIA.

II – Após, tendo em vista a ausência de pedido liminar, remetam-se os autos a douta Procuradoria de Justiça para lançamento de parecer ministerial;

III – Ao final, conclusos.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009917-8 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: UNIMED BOA VISTA – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**ADVOGADO: DR. ROMMEL LUCENA**  
**RECORRIDA: MARIA OZANEIDE FERREIRA**  
**ADVOGADAS: DRA. ADRIANA MENDIVIL VEJA E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 08 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009495-5 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. CARLOS ANTONIO SOBREIRA LOPES**  
**RECORRIDA: CONSEPRO – CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA**  
**ADVOGADOS: DR. ERNESTO ANTUNES E OUTRO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 08 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010058-8 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS**  
**RECORRIDA: GARDÉLIA RODRIGUES LAU**  
**ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE**

**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES****FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 08 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008967-6 – BOA VISTA/RR****RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA****PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS****RECORRIDA: MARIA CLEMILDES BRANDÃO DE ALMEIDA****ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE****RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES****FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 08 de setembro de 2008.

**SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, 08 DE SETEMBRO DE 2008.****ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR**  
Secretário da Câmara Única**SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA****ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR**  
Secretário da Câmara Única**PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Pedro, Presidente em exercício da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia 09 de setembro do corrente ano, às nove horas, ou nas sessões subsequentes, serão julgados os processos a seguir:

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.005583-6 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOSAPELADA: KÉZIA ALVES DO NASCIMENTO  
ADVOGADO: DR. JOSIMAR SANTOS BATISTA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007722-6 – BOA VISTA-RR**APELANTE: WILLYS LAGO FONTELES  
ADVOGADO: DR. RODOLPHO MORAIS  
APELADA: ANA NERY DA CUNHA OLIVEIRA  
ADVOGADA: DRA. ELLEN EURÍDICE C. DE ARAÚJO  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010299-8 – BOA VISTA/RR**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO FERNANDO SOARES PEREIRA  
AGRAVADA: ROSÂNGELA DOS ANJOS SILVA  
ADVOGADO: DR. STÉLIO BARÉ DE SOUZA CRUZ  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**REPUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO POR INCORREÇÃO****APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009616-6 – BOA VISTA/RR**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS COELHOAPELADA: JULIANA LIMA AGUIAR NUNES  
ADVOGADOS: DR. ALEXANDRE DANTAS E OUTROS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL – ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO – DESCONTOS EM FOLHA DE PARCELAS TIDAS COMO INDEVIDAS – AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA – INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL – SENTENÇA MANTIDA – APELO IMPROVIDO.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dezanove dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito.

Des. Carlos Henriques  
Relator/PresidenteDes. Almiro Padilha  
RevisorDes. Mauro Campello  
Julgador**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO****APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008462-8 – BOA VISTA/RR****APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA****APELADO: EDIVALDO CLÁUDIO AMARAL****ADVOGADO: DR. ALEXANDER LADISLAU MENEZES****RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA****REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES****EMENTA**

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. INEXISTÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS. LOCAL JÁ DEGRADADO HÁ MUITOS ANOS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO DA OBRA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Embora a construção esteja sendo realizada em área de preservação permanente, constata-se que a obra não provocará danos ambientais significativos, pois o local já se encontra degradado há muitos anos, não havendo mais mata ciliar.
2. Recurso conhecido e desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista – RR, 26 de agosto de 2008.

Des. Carlos Henriques  
PresidenteDes. José Pedro  
JulgadorDes. Almiro Padilha  
Relator**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO****APELAÇÃO CRIME Nº 0010.07.009151-6 – BOA VISTA/RR****1º APELANTE: FRANCIMAR SOUZA DE OLIVEIRA**

**DEFENSOR PÚBLICO: DR. SÍLVIO ABBADE MACIAS**  
**2ª APELANTE: LUCINÉIA HORBELT DA SILVA**  
**ADVOGADA: DRA. RITA CÁSSIA RIBEIRO DE SOUZA**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### EMENTA

APELAÇÃO CRIME – ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO – PROVA ROBUSTA DA AUTORIA – ABSOLVIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE. QUANTUM DA PENA CORRETAMENTE APLICADO – SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSOS IMPROVIDOS.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CRIME Nº 0010 07 009151\_6, da Comarca de Boa Vista, em que são partes as acima identificadas.

ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Câmara Única, Turma Criminal, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o parecer da Procuradoria de Justiça, em conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo as condenações de FRANCIMAR SOUZA DE OLIVEIRA e LUCINÉIA HORBELT DA SILVA nas penas do art. 157, § 2º, inciso I e II, do Código Penal, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

SALA DAS SESSÕES DA EGRÉGIA CÂMARA ÚNICA, TURMA CRIMINAL, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO (02.09.2008).

Des. Carlos Henriques  
Presidente e Relator

Des. Ricardo Oliveira  
Revisor e julgador

Des. Mauro Campello  
Julgador

Dr. Edson Damas da Silveira  
Procurador de Justiça

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010629-6 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: EUFLÁVIO DIONÍZIO LIMA**  
**PACIENTE: JOSÉ LADISLAU SANTOS**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### EMENTA

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE ENTORPECENTE – FLAGRANTE FORJADO – INOCORRÊNCIA – PACIENTE QUE GUARDAVA OU TRAZIA CONSIGO SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE – ALEGATIVA DE SER USUÁRIO – MATÉRIA DE MÉRITO – INCABÍVEL NA VIA ELEITA – ORDEM DENEGADA EM DEFINITIVO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de HABEAS CORPUS Nº 0010 08 010629\_6 – Comarca de Boa Vista, em que são partes as acima identificadas.

ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Colenda Câmara Única – Turma Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o parecer Ministerial, em DENEGAR em definitivo da ordem impetrada em favor de JOSÉ LADISLAU SANTOS, por ausência de constrangimento ilegal a ser sanado nesta via, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E OITO (02.09.2008).

Des. Carlos Henriques  
Presidente e Relator

Des. Ricardo Oliveira  
Julgador

Des. Mauro Campello  
Julgador

Dr. Edson Damas da Silveira  
Procurador de Justiça

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010439-0 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO**  
**APELADO: JORGE MÁRIO PEIXOTO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO: DR. ORLANDO GUEDES RODRIGUES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

#### EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – CAUTELAR CONCEDIDA – TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO – EXTINÇÃO DO FEITO PRINCIPAL – JULGADO IMPROCEDENTE – EFICÁCIA DA CAUTELAR PREJUDICADA – RESSARCIMENTO DOS VALORES GASTOS NA EXECUÇÃO DA CAUTELAR – LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA NA PRÓPRIA CAUTELAR – APELO PROVIDO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso, para dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito.

Des. Carlos Henriques  
Relator/Presidente

Des. José Pedro  
Revisor

Des. Almiro Padilha  
Julgador

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010490-3 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO ESTEVÃO SALES CRUZ**  
**APELADA: LAURA JENNIFER WATSON DE LIMA**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

#### EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR – PRELIMINARES – AGRAVO RETIDO – IMPROVIDO – PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR – REJEIÇÃO – MÉRITO – EXAME PSICOTÉCNICO – REALIZAÇÃO ANTES DO CURSO DE FORMAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – EXEGESE DO ART. 11, “CAPUT” E § 1º, DA LC Nº 051/01 – CARÁTER SIGILOSO – INADMISSIBILIDADE – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA, CONTRADITÓRIO, ISONOMIA, LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MOTIVAÇÃO E PUBLICIDADE – ATO ADMINISTRATIVO PASSÍVEL DE APRECIÇÃO PELO

PODER JUDICIÁRIO – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 169 DO CONSTITUIÇÃO FEDERAL – SENTENÇA MANTIDA – APELO IMPROVIDO.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por unanimidade, em rejeitar as preliminares e, no mérito, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henrique  
Presidente/Relator

Des. José Pedro  
Revisor

Des. Almiro Padilha  
Julgador

### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010405-1 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DR. ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA**  
**APELADO: RONALDO MELO CARVALHO**  
**ADVOGADO: DR. BERNARDINO DIAS DE SOUZA CRUZ NETO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

### EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL – PRELIMINAR – AGRAVO RETIDO – DUPLO EFEITO DA APELAÇÃO – REJEITADAS – MÉRITO – CULPA EXCLUSIVA – CULPA CONCORRENTES – TESES REBATIDAS – DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES DEVIDOS – DANO MORAL DEVIDAMENTE FIXADO – PENSÃO COM BASE EM SALÁRIO MÍNIMO – POSSIBILIDADE – CARÁTER ALIMENTAR – CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS – IMPOSSIBILIDADE – SENTENÇA REFORMADA – APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do Recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito.

Des. Carlos Henrique  
Presidente e Relator

Des. José Pedro  
Revisor

Des. Almiro Padilha  
Julgador

### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010496-0 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: ALMIR ROCHA DE CASTRO JÚNIOR**  
**PACIENTE: RENATO PAES DE MELO**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

### DESPACHO

Considerando que já consta nos autos decisão liminar proferida pelo eminente Des. Carlos Henrique, às fls. 97/68, ficando desconfigurada a urgência da tramitação do feito e não se justificando a imediata redistribuição do presente Writ, entendo ser a hipótese do retorno dos autos ao relator originário, cujo período de afastamento deste não é superior a 30 (trinta) dias, nos moldes do art. 130, § 2º do RITJRR.

Sendo assim, encaminhem-se os presentes autos ao relator originário, aguardando seu retorno.

Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henrique  
Relator

### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010631-2 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: FRANCISCO ALVES NORONHA**  
**PACIENTE: LUIZ SEVERIANO FERNANDES NETO**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

### DECISÃO

Trata-se Habeas Corpus com pedido liminar impetrado por FRANCISCO ALVES NORONHA, em favor de LUIZ SEVERIANO FERNANDES NETO alegando que o paciente, denunciado como incurso nas penas do art. 312, § 1º do CP, está sofrendo constrangimento ilegal por parte do MM Juiz da 5ª Vara Criminal.

Afirma que a denúncia no processo 010 07174294-3 foi recebida sem notificação do acusado para responder por escrito no prazo de 15 (quinze) dias, ao arripio do art. 514 CPP, suprimindo fase processual e que o pedido de reconsideração, impetrado em 14.08.2008 não foi analisado, sendo que o interrogatório já está marcado para 21.08.2008 (Carta Precatória – Comarca de Rio Branco/AC).

Notificada a autoridade indigitada coatora para prestar as informações, estas vieram às fls.35/36.

Informa o magistrado que na data de 27 de agosto, chamou o feito a ordem e proferiu despacho “revogando o recebimento da denúncia no sentido de abrir prazo para o denunciado responder no prazo do art. 514 CPP “(doc. fls. 37).

É o breve relato. DECIDO:

O Habeas Corpus impetrado teve seu provimento com o despacho acostado às fls. 37, chamando o feito à ordem e determinando a notificação do acusado para responder no prazo de lei.

Ante o exposto, restou prejudicada a análise do writ, por perda do objeto, nos termos do art. 659 da nossa Lei Adjetiva Penal, in verbis:

“Se o juiz ou tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido.”

Com amparo no art. 175, XIV do RITJ/RR, dou o pedido por prejudicado e, decreto extinto o processo, determinando seu conseqüente arquivamento.

Desta decisão dê-se ciência ao Ministério Público graduado.

Publique-se.

Intimem-se.

Boa Vista(RR), 02 de SETEMBRO de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator



**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010605-6 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTES: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO E OUTRA**  
**PACIENTE: LEANDRO SILVA DA COSTA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

**DESPACHO**

I – Reitere-se o pedido de informações VIA CORREGEDORIA.

II – Após, conclusos.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.07.007622-8 – BOA VISTA/RR**  
**1º APELANTE / 2º APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**2º APELANTE / 1º APELADO: EVANO RODRIGUES ALVES**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. ROGENILTON FERREIRA GOMES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

**DESPACHO**

Acolho a promoção ministerial (fl. 292).

Dê-se nova vista à Defensoria Pública, para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o item I do despacho de fl. 284.

Publique-se e intime-se.

Boa Vista, 05 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010608-0 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTES: JOSINALDO BARBOZA BEZERRA E OUTROS**  
**PACIENTE: EVERALDO LIMA CARNEIRO JÚNIOR**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

**DECISÃO**

A liminar, em sede de habeas corpus, é medida cautelar excepcional.

No caso em apreço, cotejando os argumentos da impetração com as informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, não se afigura patente o constrangimento ilegal.

ISTO POSTO, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se.

Boa Vista, 01 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.009836-0 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: MAYCON DE CARVALHO BARBOSA**

**DEFENSOR PÚBLICO: DR. STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**DECISÃO**

Às fls. 265 o nobre Defensor Público peticionou, com anuência do interessado, comunicando a desistência do interesse de recorrer.

Sendo lícito a parte desistir do recurso a qualquer tempo durante a tramitação do recurso, homologo o presente pedido de desistência recursal com arrimo no art. 175, inciso XXXII, do RITJ/RR, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Dê-se ciência à douta Procuradoria de Justiça.

Anote-se. Publique-se. Baixem os autos.

Boa Vista(RR), 18 de AGOSTO de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.007429-8 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS COELHO**  
**AGRAVADO: MÁRCIO MORAES ANTONY**  
**ADVOGADO: DR. EMERSON LUIS DELGADO GOMES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

**DECISÃO**

ESTADO DE RORAIMA interpôs este agravo, buscando a reforma da decisão proferida pelo Juiz de Direito da 8ª. Vara Cível de Boa Vista, na Ação de Obrigação de Fazer nº. 001006151054-0, por meio da qual o pedido de liminar foi deferido “para que o Estado de Roraima deixe de oferecer vagas impossibilitando a ida de qualquer oficial para participar do Curso Superior de Polícia que antecede a promoção para o cargo de Coronel e ainda obste a promoção de todos os militares que foram promovidos ao cargo de Tenente Coronel no ano de 2004” (fl. 24).

O Ministério Público informou que a sentença já foi proferida e o pedido, julgado procedente (fls. 55 e 56).

Decido.

Desapareceu, portanto, qualquer utilidade que este agravo pudesse ter (interesse recursal), pois seu resultado final, mesmo sendo favorável ao Agravante, não alterará a sentença, por ter sido proferida sob cognição exauriente.

Por essa razão, na forma do art. 557 do CPC c/c inc. XIV do art. 175 do RITJRR, nego seguimento a este agravo, em razão de estar prejudicado pela perda de seu objeto.

Após as formalidades de praxe, archive-se.

Publique-se.

Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Des. ALMIRO PADILHA  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010675-9 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: DANIEL SEVERINO CHAVES**  
**PACIENTE: JOSIAS SEVERINO CHAVES**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

**DESPACHO**

Fundado em razões de prudência, examinarei o pedido de liminar após as informações da autoridade apontada como coatora.

Oficie-se ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, para que as preste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS Nº 0010.08.010602-3 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: SAMUEL WEBER BRAZ**  
**PACIENTE: KYURY ELLEN DE SOUZA E SILVA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ PLANTONISTA DA COMARCA DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

**DESPACHO**

I – Reitere-se o pedido de informações VIA CORREGEDORIA.

II – Após, tendo em vista a ausência de pedido liminar, remetam-se os autos a douta Procuradoria de Justiça para lançamento de parecer ministerial;

III – Ao final, conclusos.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NAPELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.009917-8 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: UNIMED BOA VISTA – COOPERATIVA DE**  
**TRABALHO MÉDICO**  
**ADVOGADO: DR. RÔMMEL LUCENA**  
**RECORRIDA: MARIA OZANEIDE FERREIRA**  
**ADVOGADAS: DRA. ADRIANA MENDIVIL VEJA E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 08 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NAPELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.009495-5 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. CARLOS ANTONIO**  
**SOBREIRA LOPES**  
**RECORRIDA: CONSEPRO – CONSTRUÇÕES E PROJETOS**  
**LTD A**  
**ADVOGADOS: DR. ERNESTO ANTUNES E OUTRO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 08 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NAPELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.010058-8 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA**  
**DIAS**  
**RECORRIDA: GARDÉLIA RODRIGUES LAU**  
**ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE**

**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 08 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NAPELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.07.008967-6 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA**  
**DIAS**  
**RECORRIDA: MARIA CLEMILDES BRANDÃO DE ALMEIDA**  
**ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 08 de setembro de 2008.

**SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, 08 DE SETEMBRO DE 2008.**

**ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR**  
Secretário da Câmara Única

---

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

---

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.008857-9 DO**  
**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NAPELAÇÃO CRIME Nº**  
**0010.07.007410-8 – CARACARAÍ/RR**  
**AGRAVANTE: RAIMUNDO FERREIRA GOMES**  
**ADVOGADOS: DR. CLODOCI FERREIRA DO AMARAL E**  
**OUTRO**  
**AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**DESPACHO**

I – Intimem-se as partes do retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça.

II – Apense-se o presente Agravo de Instrumento à Apelação Cível nº 0010.07.007410-8

III – Após, remetam-se os autos à Comarca de Caracarái (número na origem: 20.04.006984-9).

V – Publique-se.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**RECURSO ESPECIAL NAPELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.05.004918-7 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. DANIELLA TORRES**  
**DE MELO BEZERRA – FISCAL**  
**RECORRIDOS: I. DE SOUZA PEREIRA – ME E OUTROS**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. STÉLIO DENER DE SOUZA**  
**CRUZ**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**DESPACHO**

I – Intimem-se as partes do retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça.

II – Após, remetam-se os autos à 8ª Vara Cível, com as baixas necessárias.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.009435-1 DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008344-8 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO FERNANDO SOARES PEREIRA**  
**AGRAVADA: NILDA SALES DA SILVA**  
**ADVOGADAS: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

#### DESPACHO

Haja vista a decisão prolatada nos autos principais em apenso à fl. 174, remeta-se o presente agravo, igualmente, ao Supremo Tribunal Federal, com as homenagens de estilo.

Publique-se.

Boa Vista, 4 de setembro de 2008.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 010.06.006202-2 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ALDA CELIA ALMEIDA BOLON SCHETTINE – FISCAL**  
**RECORRIDOS: M. M. BARBOSA DE MOURA – ME E OUTROS**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

#### DESPACHO

I – Intimem-se as partes do retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça.

II – Após, remetam-se os autos à 2ª Vara Cível, com as baixas necessárias.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010191-7 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO ESTEVÃO SALES CRUZ**  
**APELADO: RAIMUNDO MAIA FILHO**  
**ADVOGADO: DR. JOSÉ JERÔNIMO F. DA SILVA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

#### DESPACHO

I – Certifique a Secretaria da Câmara Única o trânsito em julgado do acórdão à fl. 161.

II – Após, remetam-se os autos à 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, com as baixas necessárias.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008885-0 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: SUELEN MÁRCIA SILVA ALVES**

**ADVOGADO: DR. FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA**  
**APELADO: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO FERNANDO SOARES PEREIRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

#### DESPACHO

Remetam-se os autos à 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, com as baixas necessárias.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.009805-5 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. CARLOS ANTONIO SOBREIRA LOPES**  
**AGRAVADO: AGOSTINHO PAIXÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
**ADVOGADOS: DR. ALCI DA ROCHA E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

#### DESPACHO

I – Certifique a Secretaria da Câmara Única o trânsito em julgado do acórdão à fl. 99.

II – Após, remetam-se os autos, com as baixas necessárias, à 2ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, para apensamento ao Mandado de Segurança nº 010.08.185405-0.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

#### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 0010.08.010630-4 NA MEDIDA CAUTELAR INOMINADA Nº 0010.06.005868-1 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: IATA – INTERNATIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION**  
**ADVOGADOS: DR. MAMEDE ABRÃO NETTO E OUTROS**  
**AGRAVADA: ABAV/RR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS DE RORAIMA**  
**ADVOGADO: DR. ÍTALO DIDEROT PESSOA REBOUÇAS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

#### DECISÃO

Cabendo a relatoria do agravo regimental em apenso ao Presidente desta Corte que, não exercendo o juízo de retratação, deverá submetê-lo à apreciação dos demais pares em sessão plenária, determino o desapensamento do agravo e a sua posterior transferência à Secretaria do Tribunal Pleno, bem como, em seguida, o seu apensamento ao agravo Regimental nº 010.07.007043-7, o qual versa sobre matéria idêntica.

Após, cumpra-se a decisão à fl. 567, remetendo os autos ao egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo.

Publique-se.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

#### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**RECURSO ESPECIAL NA MEDIDA CAUTELAR INOMINADA Nº 0010.06.005868-1 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: IATA – INTERNATIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION**  
**ADVOGADOS: DR. MAMEDE ABRÃO NETTO E OUTROS**  
**RECORRIDA: ABAV/RR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS DE RORAIMA**

**ADVOGADO: DR. ÍTALO DIDEROT PESSOA REBOUÇAS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

### DECISÃO

Cabendo a relatoria do agravo regimental em apenso ao Presidente desta Corte que, não exercendo o juízo de retratação, deverá submetê-lo à apreciação dos demais pares em sessão plenária, determino o desapensamento do agravo e a sua posterior transferência à Secretaria do Tribunal Pleno, bem como, em seguida, o seu apensamento ao agravo Regimental nº 010.07.007043-7, o qual versa sobre matéria idêntica.

Após, cumpra-se a decisão à fl. 567, remetendo os autos ao egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo.

Publique-se.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.010347-5 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: BOA VISTA ENERGIAS/A**  
**ADVOGADOS: DR. ALLAN KARDEC LOPES MENDONÇA**  
**FILHO E OUTROS**  
**RECORRIDO: PETERSHON COSTA PEREIRA DE SÁ**  
**ADVOGADO: DR. CLODOCI FERREIRA DO AMARAL**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Boa Vista Energia S/A, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal e contra o v. acórdão às fls. 173/179.

Alega o recorrente (fls. 184/189), em síntese, que a decisão vergastada contrariou o artigo 28 do Código de Trânsito Brasileiro. Requer, ao final, a reforma do acórdão.

O recorrido apresentou contra-razões às fls. 195/197.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório, DECIDO.

A pretensão do recorrente tem por óbice a dicção da Súmula nº. 07 do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe:

“07. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

De fato, verifica-se que o aresto vergastado analisou o tema conforme os fatos e provas presentes nos autos, entendendo que não restou provado o excesso de velocidade do condutor, ou mesmo de culpa concorrente. O revolvimento desses critérios demandaria o reexame das circunstâncias fáticas da causa, em confronto com o disposto na Súmula nº. 07 do STJ. Nesse sentido:

“O tribunal a quo, a partir do exame dos elementos fático-probatórios da causa, concluiu ser recíproca a culpa pelo evento do qual decorreram danos ao recorrente. Nesse contexto, é inviável, em Recurso Especial, a demonstração de que a culpa foi exclusivamente do estado, pois acolher esta conclusão impõe o reexame daquelas provas. Respeitada a moldura fática delineada pelo acórdão recorrido, portanto, tem-se que a culpa pelo acidente foi recíproca. Aplicação da Súmula Nº 7 desta corte. (omissis)”. (STJ – RESP 200700581864 – (934708) – RJ – 1ª T. – Rel. Min. Francisco Falcão – DJU 13.12.2007 – p. 00330)

“(omissis) Não é possível rever a conclusão do tribunal a quo que, com base nas provas dos autos, reputou inexistente culpa concorrente da vítima no acidente, sob pena de revolvimento de matéria fática, vedado pela Súmula nº 7/STJ. – (omissis)”. (STJ – RESP 200401391017 – (691217 RS) – 3ª T. – Relª Min. Nancy Andrighi – DJU 02.05.2006 – p. 00307)

Por tudo quanto exposto, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.009599-4 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ANA MARCELA**  
**GRANADE ALMEIDA**  
**RECORRIDO: JOAQUIM OLIVEIRA COSTA JÚNIOR**  
**ADVOGADO: DR. JOSÉ OTÁVIO BRITO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES.; ROBÉRIO NUNES**

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 105, III, alínea “a” da Constituição Federal e contra o v. acórdão às fls. 109/113, confirmado, após a interposição de embargos de declaração, pelo acórdão às fls. 124/125.

Alega o recorrente (fls. 129/135), basicamente, que a decisão afrontou os artigos 2º, 128 e 460 do Código de Processo Civil. Requer, assim, a reforma do julgado.

O recorrido deixou de apresentar contra-razões, conforme certidão à fl. 138.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório, DECIDO.

A argüida contrariedade aos artigos 2º, 128 e 460 do Código de Processo Civil trata de matéria controvertida nos autos e intimamente relacionada ao mérito recursal.

As razões de recurso estão corretamente fundamentadas de acordo com a alínea “a” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, e a matéria encontra-se implicitamente prequestionada.

Destarte, qualquer aprofundamento na análise do tema poderia implicar na incursão na esfera de competência do Superior Tribunal de Justiça, tornando-se imperativa a remessa da matéria ao seu conhecimento.

Por tudo quanto exposto, DOU SEGUIMENTO ao Recurso.

Subam os autos ao egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo.

Publique-se.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.010173-5 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO ESTEVÃO SALES**  
**CRUZ**  
**RECORRIDO: FERNANDO AMANDES NETO**  
**ADVOGADOS: DR. RODOLPHO MORAIS E OUTRO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado de Roraima, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls. 93/97.

Alega o recorrente (fls. 100/107), em síntese, que a decisão vergastada contrariou o artigo 927 do Código Civil, bem como o artigo 333, inciso I do Código de Processo Civil. Requer, ao final, a reforma do acórdão.

O recorrido apresentou contra-razões às fls. 112/119.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório, DECIDO.

A pretensão do recorrente tem por óbice, inicialmente, a dicção da Súmula nº. 07 do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe:

“07. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

De fato, a irrisignação deixa cristalina a pretensão de obter da instância superior nova manifestação sobre os elementos caracterizadores da responsabilidade civil, em especial quanto à ilicitude do ato, o que implicaria em nova valoração da prova dos autos, o que é defeso por tais vias recursais. Nesse sentido:

“ Não se conhece da suposta ofensa aos arts. 273, § 2º, e 333, II, do CPC, 1º e 3º, da Lei 9.494/97, e 1º, § 3º, da Lei 8.437/92, porque o julgamento da pretensão recursal, para fins de se afastar a condenação ou cassar a antecipação da tutela, pressupõe, necessariamente, o reexame dos aspectos fáticos da lide – Notadamente para descaracterizar o ato lesivo, o dano, o nexo causal, acolher a excludente de responsabilidade ou, ainda, afastar os requisitos da tutela de urgência –, atividade cognitiva vedada nesta instância especial (Súmula 7/STJ). (omissis) (STJ – RESP 200501977996 – (800536 DF) – 1ª T. – Relª Min. Denise Arruda – DJU 27.11.2006 – p. 252) JCCB.162 JCPC.273 JCPC.273.2 JCPC.333 JCPC.333.II JCF.102 JCF.102.III.A JCPC.473 JCPC.541 JCPC.541.PUN

“(omissis) 5. O tribunal de justiça, com base no exame de fatos e provas, concluiu que: (I) foram comprovados o ato lesivo, o dano e o nexo de causalidade; (II) a indenização arbitrada é razoável e proporcional à lesão. Desse modo, o julgamento da pretensão recursal, para fins de se afastar a condenação ou reconhecer a excludente de responsabilidade civil, pressupõe, necessariamente, o reexame dos aspectos fáticos da lide, atividade cognitiva vedada nesta instância especial (Súmula 7/STJ). 6. (omissis). 7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. (STJ – RESP 200401213574 – (688536 PA) – 1ª T. – Rel. Min. Denise Arruda – DJU 18.12.2006 – p. 314)

“Crime praticado por policial militar durante o período de folga, usando arma da corporação. Responsabilidade civil objetiva do Estado. Precedentes 3. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental a que se nega provimento”. (STF – AI-AgR 637065 – MT – 2ª T. – Rel. Min. Eros Grau – DJU 29.06.2007)

Do mesmo modo, a análise de possível violação ao artigo 333, inciso I do Código de Processo Civil igualmente implicaria em nova valoração da prova, o que é defeso na presente via recursal.

Aplica-se ainda, quanto à pretendida revisão do quantum indenizatório, a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), visto restar deficiente a fundamentação apresentada por não indicar qualquer dispositivo possivelmente violado pelo Tribunal, o que é indispensável, nos recursos fundados na alínea “a” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, para sua admissão. Nesse sentido:

“Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Indenização. Danos morais. Divergência jurisprudencial não configurada. 1. Cediço que esta Corte pode reexaminar o valor da indenização por danos morais fixado na instância ordinária quando a quantia arbitrada representar valor manifestamente ínfimo ou abusivo. A análise do tema em sede de recurso especial, contudo, exige o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do recurso, dentre eles a indicação de dispositivo pertinente da legislação federal que tenha sido violado ou mediante a demonstração da divergência jurisprudencial. (...) 2. Agravo regimental desprovido” (AgRgAg nº 514.213D RJ, Terceira Turma, da minha relatoria, DJ de 10D2D04).

“Não se conhece de Recurso Especial pela alínea “a” do permissivo constitucional quando o recorrente restringe-se a afirmar que o acórdão teria violado Lei Federal, sem indicar, especificamente, qual o artigo da Lei Federal tido como violado. 4. “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. “ (Súmula do STF, enunciado nº 284). (...) 7. Agravo regimental improvido. (STJ – AGA 200501238270 – (695825 MG) – 6ª T. – Rel. Min. Hamilton Carvalhido – DJU 19.12.2005 – p. 00492)

Considera-se deficiente a fundamentação quando o Recurso Especial suscita tese a ser apreciada pelo STJ, mas deixa de indicar o dispositivo legal violado ou o dissídio jurisprudencial correspondente (Súmula 284/STF) (...) Recurso Especial conhecido em parte e, nesta parte, improvido. (STJ – RESP 200500022290 – (718167 MG) – 2ª T. – Relª Min. Eliana Calmon – DJU 11.09.2007 – p. 00209)

O recurso, para ter acesso à sua apreciação neste tribunal, deve indicar, quando da sua interposição, expressamente, o dispositivo e a alínea que autorizam sua admissão. Da mesma forma, cabe ao recorrente, ainda, mencionar, com clareza, as normas que tenham sido contrariadas ou cuja vigência tenha sido negada. Em assim não ocorrendo, ou se dê de modo deficiente, o recurso torna-se inadmissível. Incidência da Súmula nº 284/STF. 4. Agravo regimental não-provido. (STJ – AgRg-REsp 200700597811 – (934217 SP) – 1ª T. – Rel. Min. José Delgado – DJU 23.08.2007 – p. 00235)

Por tudo quanto exposto, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.005839-2 – BOA VISTA/RR**

**RECORRENTES: EDVAN SILVA MAGALHÃES E OUTRO**  
**ADVOGADA: DRA. DENISE CAVALCANTI CALIL**  
**RECORRIDO: BANCO SUDAMERIS S/A**  
**ADVOGADOS: DR. GUTEMBERG DANTAS LICARIÃO E OUTROS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

#### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Edvan Silva Magalhães e Luzinete Souza Magalhães, com fulcro no artigo 105, III, alínea “a” da Constituição Federal e contra o v. acórdão às fls. 138/142.

Alega o recorrente, em síntese (fls. 147/153), que a decisão vergastada contrariou os artigos 186 e 927 do Código Civil e artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil. Requer, ao final, a reforma do julgado.

O recorrido apresentou contra-razões às fls. 155/158.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. DECIDO.

A fundamentação exposta nas razões recursais encontra obstáculo na dicção da Súmula nº. 7 do Superior Tribunal de Justiça, que assim enuncia:

“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

De fato, o acórdão recorrido se embasa, para acolher a ilegitimidade ativa do recorrido, no fato dos documentos juntados aos autos não serem suficientes para demonstrar a autoria, entendendo não restar demonstrado “que o apelante seja o agente do ilícito, pois, em que pese a existência do dano, os apelados não trouxeram provas de que o apelante foi o responsável por suas negativas” (fl. 139, 2º parágrafo).

Desse modo, analisar as razões postas no recurso e a possível violação aos artigos 186 e 927 do Código Civil e 267, inciso VI do

Código de Processo Civil, implicaria, necessariamente, no reexame do conteúdo fático-probatório nos autos, o que é defeso na via especial.

A esse respeito, cito os seguintes precedentes:

“1. Agravo regimental contra decisão que negou seguimento a Recurso Especial. 2. O acórdão a quo, em ação de indenização por danos moral e material, reconheceu a inexistência de ato culposos hábil a deflagrar a responsabilidade civil do estado. 3. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. As questões relativas à verificação: (I) da conduta do agente causador (existência de culpa), (II) da ausência de comprovação real do dano e do nexo causal entre ambos, (III) se o valor estipulado para a indenização é razoável, ou não, (IV) assim como a comprovação da boa-fé ou da má-fé, a fim de excluir a multa aplicada, constituem matérias de prova, sendo, pois, incompatível com a via estreita da súmula especial. Nesta via, não há campo para se revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal (Súmula nº 07/STJ). (omissis) 7. Agravo regimental não-provido”. (STJ – AGRESP 200700378367 – (988939) – SP – 1ª T. – Rel. Min. José Delgado – DJU 22.11.2007 – p. 00224)

“(omissis) A questão nodal acerca da verificação dos requisitos para a caracterização de ato atentatório à dignidade da Justiça – Conduta dolosa do infrator (malícia ou má-fé da parte) –, constitui matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita da súmula excepcional. Na via Especial não há campo para revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da Súmula nº 07/STJ. 4- Agravo regimental não-provido”. (STJ – AgRg-REsp 1.014.627 – (2007/0298790-0) – Rel. Min. José Delgado – DJe 21.05.2008 – p. 103)

Por todas as razões expostas, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

## **GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.008857-9 DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NAPELAÇÃO CRIME Nº 0010.07.007410-8 – CARACARAÍ/RR**  
**AGRAVANTE: RAIMUNDO FERREIRA GOMES**  
**ADVOGADOS: DR. CLODOCI FERREIRA DO AMARAL E OUTRO**  
**AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

### **DESPACHO**

I – Intimem-se as partes do retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça.

II – Apense-se o presente Agravo de Instrumento à Apelação Cível nº 0010.07.007410-8

III – Após, remetam-se os autos à Comarca de Caracarái (número na origem: 20.04.006984-9).

V – Publique-se.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**RECURSO ESPECIAL NAPELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.05.004918-7 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**

**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. DANIELLA TORRES DE MELO BEZERRA – FISCAL**  
**RECORRIDOS: I. DE SOUZA PEREIRA – ME E OUTROS**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

### **DESPACHO**

I – Intimem-se as partes do retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça.

II – Após, remetam-se os autos à 8ª Vara Cível, com as baixas necessárias.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.009435-1 DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NAPELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008344-8 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO FERNANDO SOARES PEREIRA**  
**AGRAVADA: NILDA SALES DA SILVA**  
**ADVOGADAS: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

### **DESPACHO**

Haja vista a decisão prolatada nos autos principais em apenso à fl. 174, remeta-se o presente agravo, igualmente, ao Supremo Tribunal Federal, com as homenagens de estilo.

Publique-se.

Boa Vista, 4 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**RECURSO ESPECIAL NAPELAÇÃO CÍVEL Nº 010.06.006202-2 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ALDA CELI ALMEIDA BOLON SCHETTINE – FISCAL**  
**RECORRIDOS: M. M. BARBOSA DE MOURA – ME E OUTROS**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

### **DESPACHO**

I – Intimem-se as partes do retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça.

II – Após, remetam-se os autos à 2ª Vara Cível, com as baixas necessárias.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010191-7 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO ESTEVÃO SALES CRUZ**  
**APELADO: RAIMUNDO MAIA FILHO**  
**ADVOGADO: DR. JOSÉ JERÔNIMO F. DA SILVA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**DESPACHO**

I – Certifique a Secretaria da Câmara Única o trânsito em julgado do acórdão à fl. 161.

II – Após, remetam-se os autos à 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, com as baixas necessárias.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008885-0 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: SUELEN MÁRCIA SILVA ALVES**  
**ADVOGADO: DR. FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA**  
**APELADO: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO FERNANDO SOARES PEREIRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**DESPACHO**

Remetam-se os autos à 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, com as baixas necessárias.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.009805-5 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. CARLOS ANTONIO SOBREIRA LOPES**  
**AGRAVADO: AGOSTINHO PAIXÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
**ADVOGADOS: DR. ALCI DA ROCHA E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**DESPACHO**

I – Certifique a Secretaria da Câmara Única o trânsito em julgado do acórdão à fl. 99.

II – Após, remetam-se os autos, com as baixas necessárias, à 2ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, para apensamento ao Mandado de Segurança nº 010.08.185405-0.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 0010.08.010630-4 NA MEDIDA CAUTELAR INOMINADA Nº 0010.06.005868-1 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: IATA – INTERNATIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION**  
**ADVOGADOS: DR. MAMEDE ABRÃO NETTO E OUTROS**  
**AGRAVADA: ABAV/RR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS DE RORAIMA**  
**ADVOGADO: DR. ÍTALO DIDEROT PESSOA REBOUÇAS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**DECISÃO**

Cabendo a relatoria do agravo regimental em apenso ao Presidente desta Corte que, não exercendo o juízo de retratação, deverá submetê-lo à apreciação dos demais pares em sessão plenária, determino o desapensamento do agravo e a sua posterior transferência à Secretaria do Tribunal Pleno, bem como, em seguida, o seu apensamento ao agravo Regimental nº 010.07.007043-7, o qual versa sobre matéria idêntica.

Após, cumpra-se a decisão à fl. 567, remetendo os autos ao egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo.

Publique-se.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**RECURSO ESPECIAL NA MEDIDA CAUTELAR INOMINADA Nº 0010.06.005868-1 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: IATA – INTERNATIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION**  
**ADVOGADOS: DR. MAMEDE ABRÃO NETTO E OUTROS**  
**RECORRIDA: ABAV/RR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS DE RORAIMA**  
**ADVOGADO: DR. ÍTALO DIDEROT PESSOA REBOUÇAS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**DECISÃO**

Cabendo a relatoria do agravo regimental em apenso ao Presidente desta Corte que, não exercendo o juízo de retratação, deverá submetê-lo à apreciação dos demais pares em sessão plenária, determino o desapensamento do agravo e a sua posterior transferência à Secretaria do Tribunal Pleno, bem como, em seguida, o seu apensamento ao agravo Regimental nº 010.07.007043-7, o qual versa sobre matéria idêntica.

Após, cumpra-se a decisão à fl. 567, remetendo os autos ao egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo.

Publique-se.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010347-5 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: BOA VISTA ENERGIA S/A**  
**ADVOGADOS: DR. ALLAN KARDEC LOPES MENDONÇA FILHO E OUTROS**  
**RECORRIDO: PETTERS HON COSTA PEREIRA DE SÁ**  
**ADVOGADO: DR. CLODOCI FERREIRA DO AMARAL**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Boa Vista Energia S/A, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal e contra o v. acórdão às fls. 173/179.

Alega o recorrente (fls. 184/189), em síntese, que a decisão vergastada contrariou o artigo 28 do Código de Trânsito Brasileiro. Requer, ao final, a reforma do acórdão.

O recorrido apresentou contra-razões às fls. 195/197.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório, DECIDO.

A pretensão do recorrente tem por óbice a dicção da Súmula nº. 07 do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe:

“07. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

De fato, verifica-se que o aresto vergastado analisou o tema conforme os fatos e provas presentes nos autos, entendendo que não restou provado o excesso de velocidade do condutor, ou mesmo de culpa concorrente. O revolvimento desses critérios demandaria o reexame das circunstâncias fáticas da causa, em confronto com o disposto na Súmula nº. 07 do STJ. Nesse sentido:

“O tribunal a quo, a partir do exame dos elementos fático-probatórios da causa, concluiu ser recíproca a culpa pelo evento do qual decorreram danos ao recorrente. Nesse contexto, é inviável, em Recurso Especial, a demonstração de que a culpa foi exclusivamente

do estado, pois acolher esta conclusão impõe o reexame daquelas provas. Respeitada a moldura fática delineada pelo acórdão recorrido, portanto, tem-se que a culpa pelo acidente foi recíproca. Aplicação da Súmula Nº 7 desta corte. (omissis)". (STJ – RESP 200700581864 – (934708) – RJ – 1ª T. – Rel. Min. Francisco Falcão – DJU 13.12.2007 – p. 00330)

“(omissis) Não é possível rever a conclusão do tribunal a quo que, com base nas provas dos autos, reputou inexistente culpa concorrente da vítima no acidente, sob pena de revolvimento de matéria fática, vedado pela Súmula nº 7/STJ. – (omissis)". (STJ – RESP 200401391017 – (691217 RS) – 3ª T. – Relª Min. Nancy Andrichi – DJU 02.05.2006 – p. 00307)

Por tudo quanto exposto, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009599-4 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA**  
**RECORRIDO: JOAQUIM OLIVEIRA COSTA JÚNIOR**  
**ADVOGADO: DR. JOSÉ OTÁVIO BRITO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES.; ROBÉRIO NUNES**

#### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 105, III, alínea “a” da Constituição Federal e contra o v. acórdão às fls. 109/113, confirmado, após a interposição de embargos de declaração, pelo acórdão às fls. 124/125.

Alega o recorrente (fls. 129/135), basicamente, que a decisão afrontou os artigos 2º, 128 e 460 do Código de Processo Civil. Requer, assim, a reforma do julgado.

O recorrido deixou de apresentar contra-razões, conforme certidão à fl. 138.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório, DECIDO.

A argüida contrariedade aos artigos 2º, 128 e 460 do Código de Processo Civil trata de matéria controvertida nos autos e intimamente relacionada ao mérito recursal.

As razões de recurso estão corretamente fundamentadas de acordo com a alínea “a” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, e a matéria encontra-se implicitamente prequestionada.

Destarte, qualquer aprofundamento na análise do tema poderia implicar na incursão na esfera de competência do Superior Tribunal de Justiça, tornando-se imperativa a remessa da matéria ao seu conhecimento.

Por tudo quanto exposto, DOU SEGUIMENTO ao Recurso.

Subam os autos ao egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo.

Publique-se.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010173-5 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**

**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO ESTEVÃO SALES CRUZ**

**RECORRIDO: FERNANDO AMANDES NETO**  
**ADVOGADOS: DR. RODOLPHO MORAIS E OUTRO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

#### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado de Roraima, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls. 93/97.

Alega o recorrente (fls. 100/107), em síntese, que a decisão vergastada contrariou o artigo 927 do Código Civil, bem como o artigo 333, inciso I do Código de Processo Civil. Requer, ao final, a reforma do acórdão.

O recorrido apresentou contra-razões às fls. 112/119.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório, DECIDO.

A pretensão do recorrente tem por óbice, inicialmente, a dicção da Súmula nº. 07 do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe:

“07. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

De fato, a irrisignação deixa cristalina a pretensão de obter da instância superior nova manifestação sobre os elementos caracterizadores da responsabilidade civil, em especial quanto à ilicitude do ato, o que implicaria em nova valoração da prova dos autos, o que é defeso por tais vias recursais. Nesse sentido:

“Não se conhece da suposta ofensa aos arts. 273, § 2º, e 333, II, do CPC, 1º e 3º, da Lei 9.494/97, e 1º, § 3º, da Lei 8.437/92, porque o julgamento da pretensão recursal, para fins de se afastar a condenação ou cassar a antecipação da tutela, pressupõe, necessariamente, o reexame dos aspectos fáticos da lide – Notadamente para descaracterizar o ato lesivo, o dano, o nexo causal, acolher a excludente de responsabilidade ou, ainda, afastar os requisitos da tutela de urgência –, atividade cognitiva vedada nesta instância especial (Súmula 7/STJ). (omissis) (STJ – RESP 200501977996 – (800536 DF) – 1ª T. – Relª Min. Denise Arruda – DJU 27.11.2006 – p. 252) JCCB.162 JCPC.273 JCPC.273.2 JCPC.333 JCPC.333.II JCF.102 JCF.102.III.A JCPC.473 JCPC.541 JCPC.541.PUN

“(omissis) 5. O tribunal de justiça, com base no exame de fatos e provas, concluiu que: (I) foram comprovados o ato lesivo, o dano e o nexo de causalidade; (II) a indenização arbitrada é razoável e proporcional à lesão. Desse modo, o julgamento da pretensão recursal, para fins de se afastar a condenação ou reconhecer a excludente de responsabilidade civil, pressupõe, necessariamente, o reexame dos aspectos fáticos da lide, atividade cognitiva vedada nesta instância especial (Súmula 7/STJ). 6. (omissis). 7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. (STJ – RESP 200401213574 – (688536 PA) – 1ª T. – Rel. Min. Denise Arruda – DJU 18.12.2006 – p. 314)

“Crime praticado por policial militar durante o período de folga, usando arma da corporação. Responsabilidade civil objetiva do Estado. Precedentes 3. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental a que se nega provimento”. (STF – AI-AgR 637065 – MT – 2ª T. – Rel. Min. Eros Grau – DJU 29.06.2007)

Do mesmo modo, a análise de possível violação ao artigo 333, inciso I do Código de Processo Civil igualmente implicaria em nova valoração da prova, o que é defeso na presente via recursal.

Aplica-se ainda, quanto à pretendida revisão do quantum indenizatório, a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), visto restar deficiente a fundamentação apresentada por não indicar qualquer dispositivo possivelmente violado pelo Tribunal, o que é indispensável, nos recursos fundados na alínea “a” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, para sua admissão. Nesse sentido:



“Agravamento regimental. Recurso especial não admitido. Indenização. Danos morais. Divergência jurisprudencial não configurada. 1. Cedição que esta Corte pode reexaminar o valor da indenização por danos morais fixado na instância ordinária quando a quantia arbitrada representar valor manifestamente ínfimo ou abusivo. A análise do tema em sede de recurso especial, contudo, exige o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do recurso, dentre eles a indicação de dispositivo pertinente da legislação federal que tenha sido violado ou mediante a demonstração da divergência jurisprudencial. (...) 2. Agravamento regimental desprovido” (AgRgAg nº 514.213DRJ, Terceira Turma, da minha relatoria, DJ de 10D2D04).

“Não se conhece de Recurso Especial pela alínea “a” do permissivo constitucional quando o recorrente restringe-se a afirmar que o acórdão teria violado Lei Federal, sem indicar, especificamente, qual o artigo da Lei Federal tido como violado. 4. “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. “ (Súmula do STF, enunciado nº 284). (...) 7. Agravamento regimental improvido. (STJ – AGA 200501238270 – (695825 MG) – 6ª T. – Rel. Min. Hamilton Carvalhido – DJU 19.12.2005 – p. 00492)

Considera-se deficiente a fundamentação quando o Recurso Especial suscita tese a ser apreciada pelo STJ, mas deixa de indicar o dispositivo legal violado ou o dissídio jurisprudencial correspondente (Súmula 284/STF) (...) Recurso Especial conhecido em parte e, nesta parte, improvido. (STJ – RESP 200500022290 – (718167 MG) – 2ª T. – Relª Min. Eliana Calmon – DJU 11.09.2007 – p. 00209)

O recurso, para ter acesso à sua apreciação neste tribunal, deve indicar, quando da sua interposição, expressamente, o dispositivo e a alínea que autorizam sua admissão. Da mesma forma, cabe ao recorrente, ainda, mencionar, com clareza, as normas que tenham sido contrariadas ou cuja vigência tenha sido negada. Em assim não ocorrendo, ou se dê de modo deficiente, o recurso torna-se inadmissível. Incidência da Súmula nº 284/STF. 4. Agravamento regimental não-provido. (STJ – AgRg-RESP 200700597811 – (934217 SP) – 1ª T. – Rel. Min. José Delgado – DJU 23.08.2007 – p. 00235)

Por tudo quanto exposto, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**RECURSO ESPECIAL NAPELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.005839-2 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTES: EDVAN SILVA MAGALHÃES E OUTRO**  
**ADVOGADA: DRA. DENISE CAVALCANTI CALIL**  
**RECORRIDO: BANCO SUDAMERIS S/A**  
**ADVOGADOS: DR. GUTEMBERG DANTAS LICARIÃO E OUTROS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

#### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Edvan Silva Magalhães e Luzinete Souza Magalhães, com fulcro no artigo 105, III, alínea “a” da Constituição Federal e contra o v. acórdão às fls. 138/142.

Alega o recorrente, em síntese (fls. 147/153), que a decisão vergastada contrariou os artigos 186 e 927 do Código Civil e artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil. Requer, ao final, a reforma do julgado.

O recorrido apresentou contra-razões às fls. 155/158.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. DECIDO.

A fundamentação exposta nas razões recursais encontra obstáculo na dicção da Súmula nº. 7 do Superior Tribunal de Justiça, que assim enuncia:

“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

De fato, o acórdão recorrido se embasa, para acolher a ilegitimidade ativa do recorrido, no fato dos documentos juntados aos autos não serem suficientes para demonstrar a autoria, entendendo não restar demonstrado “que o apelante seja o agente do ilícito, pois, em que pese a existência do dano, os apelados não trouxeram provas de que o apelante foi o responsável por suas negativas” (fl. 139, 2º parágrafo).

Desse modo, analisar as razões postas no recurso e a possível violação aos artigos 186 e 927 do Código Civil e 267, inciso VI do Código de Processo Civil, implicaria, necessariamente, no reexame do conteúdo fático-probatório nos autos, o que é defeso na via especial.

A esse respeito, cito os seguintes precedentes:

“1. Agravamento regimental contra decisão que negou seguimento a Recurso Especial. 2. O acórdão a quo, em ação de indenização por danos moral e material, reconheceu a inexistência de ato culposo hábil a deflagrar a responsabilidade civil do estado. 3. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. As questões relativas à verificação: (I) da conduta do agente causador (existência de culpa), (II) da ausência de comprovação real do dano e do nexo causal entre ambos, (III) se o valor estipulado para a indenização é razoável, ou não, (IV) assim como a comprovação da boa-fé ou da má-fé, a fim de excluir a multa aplicada, constituem matérias de prova, sendo, pois, incompatível com a via estreita da súplica especial. Nesta via, não há campo para se revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal (Súmula nº 07/STJ). (omissis) 7. Agravamento regimental não-provido”. (STJ – AGRESP 200700378367 – (988939) – SP – 1ª T. – Rel. Min. José Delgado – DJU 22.11.2007 – p. 00224)

“(omissis) A questão nodal acerca da verificação dos requisitos para a caracterização de ato atentatório à dignidade da Justiça – Conduta dolosa do infrator (malícia ou má-fé da parte) –, constitui matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita da súplica excepcional. Na via Especial não há campo para revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da Súmula nº 07/STJ. 4- Agravamento regimental não-provido”. (STJ – AgRg-RESP 1.014.627 – (2007/0298790-0) – Rel. Min. José Delgado – DJe 21.05.2008 – p. 103)

Por todas as razões expostas, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 3 de setembro de 2008.

Des. Robério Nunes  
Presidente

#### **ATO Nº 139, DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2008**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

#### **RESOLVE:**

Exonerar, a pedido, **ROBSON SOUZA DO NASCIMENTO**, do cargo em comissão de Digitador de Gabinete, Código TJ/DAS-410, do Gab. do Des. Carlos Henriques, a contar de 04.09.2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente

#### **PORTARIAS DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2008**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

N.º **811** – Cessar os efeitos, a contar de 09.09.2008, da Portaria n.º 822, de 10.11.2006, publicada no DPJ n.º 3484, de 11.11.2006, que autorizou o afastamento, sem ônus, do Dr. **ALCIR GURSEN DE MIRANDA**, Juiz de Direito titular da 6.ª Vara Cível, para freqüentar o Curso de Doutorado em Direito, no período de 22.11.2006 a 21.11.2008.

N.º **812** – Cessar os efeitos, a contar de 09.09.2008, da Portaria n.º 061, de 03.02.2003, publicada no DPJ 2576, de 04.02.2003, que designou o Dr. **ÂNGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES**, Juiz Substituto, para responder pela 6.ª Vara Cível.

N.º **813** – Cessar os efeitos, a contar de 09.09.2008, da Portaria n.º 752, de 18.08.2008, publicada no DPJ n.º 3906, de 19.08.2008, que designou o Dr. **RODRIGO CARDOSO FURLAN**, Juiz de Direito titular do 3.º Juizado Especial, para, cumulativamente, responder pelo Juizado da Infância e da Juventude, no período de 25.08 a 23.09.2008, em virtude de férias da titular.

N.º **814** – Designar o Dr. **ÂNGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES**, Juiz Substituto, para, sem prejuízo de suas atribuições junto à 1.ª Vara Criminal, responder pelo Juizado da Infância e da Juventude, no período de 09 a 23.09.2008, em virtude de férias da titular.

N.º **815** – Conceder ao Dr. **ELVO PIGARI JÚNIOR**, Juiz de Direito titular da Comarca de São Luiz do Anauá, 01 (um) dia de férias, referente ao saldo remanescente de 2005, no dia 31.10.2008.

N.º **816** – Designar o Dr. **LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR**, Juiz de Direito titular da Comarca de Rorainópolis, para, cumulativamente, responder pela Comarca de São Luiz do Anauá, no dia 31.10.2008, em virtude de férias do titular.

N.º **817** – Designar a servidora **GLÁUCIA DA CRUZ JORGE**, Assistente Judiciária, para responder pela Comissão Permanente de Arquitetura e Engenharia, no período de 08 a 24.09.2008, em virtude de férias do titular.

N.º **818** – Designar a servidora **PATSY DA GAMA JONES**, Técnica Judiciária, para responder pela Seção de Pagadoria, no período de 09 a 13.09.2008, em virtude de afastamento da titular.

N.º **819** – Designar o servidor **KELVEM MÁRCIO MELO ALMEIDA**, Chefe de Divisão, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo Departamento de Planejamento e Finanças, no período de 09 a 24.09.2008, em virtude de afastamento e férias da titular.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente

**PORTARIA N.º 820, DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2008****O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no Ofício n.º 549/2008 – Corregedoria-Geral de Justiça,

**RESOLVE:**

Designar o servidor **RAIMUNDO DE ALBUQUERQUE GOMES**, Técnico Judiciário e a estudante **PAULA DAYANE CARNEIRO ROCHA**, para exercerem a função de conciliador da Central de Atendimento, Conciliação e Distribuição dos Juizados Especiais, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar de 09.09.2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente

**PORTARIA N.º 821, DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2008****O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o teor do Ofício n.º 785/2008, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, objeto do Procedimento Administrativo n.º 2137/2008,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Interromper, por interesse público, a contar de 01.09.2008, as férias da servidora **RUDIANNA DIAS ZEIDLER**, Assistente Judiciária, referente ao exercício de 2008, devendo os 19 (dezenove) dias restantes ser usufruídos no período de 01 a 19.09.2009.

Art. 2.º Tornar sem efeito a Portaria n.º 794, de 02.09.2008, publicada no DPJ n.º 3917, de 03.09.2008, que trata da cessão da servidora **RUDIANNA DIAS ZEIDLER**, Assistente Judiciária, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Art. 3.º Ceder ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia a servidora **RUDIANNA DIAS ZEIDLER**, Assistente Judiciária, no período de 01.09.2008 a 31.08.2009.

Art. 4.º A cessão de que trata o artigo anterior se processará com ônus para o órgão cessionário, nos termos ao artigo 87, I, da LCE n.º 053/2001.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA****PUBLICAÇÃO DE DECISÃO****Procedimento Administrativo Nº 2199/2008**

**Origem:** MM Juiz de Direito Euclides Calil Filho

**Assunto:** Solicita afastamento no período de 09 a 12 de setembro de 2008, para participar, com ônus, de seminário, em Brasília - DF

**Decisão**

1. Indefero o pedido.
2. Não há necessidade de deslocamento com tamanha antecedência.
3. Comunique-se.
4. Arquive-se.

Boa Vista, 08 de setembro de 2008.

**DES. Robério Nunes**  
Presidente

**Gabinete da Presidência.**  
**Boa Vista, 08 de setembro de 2008**  
**JULIANA MINOTTO**  
Chefe de Gabinete

**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA/CGJ N.º 075, DE 4 DE SETEMBRO DE 2008**

O Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, **ERICK LINHARES**, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Ofício n.º 13/2008, da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar;

**RESOLVE:**

**Art. 1.º.** Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 006/08, instaurado pela Portaria/CGJ n.º 049/08, com fulcro no art. 146, da Lei Complementar Estadual n.º 053/01.

**Art. 2.º.** Esta portaria gera efeitos a partir do dia 02.09.2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 4 de setembro de 2008.

**ERICK LINHARES**  
Juiz Auxiliar da CGJ/RR

**PORTARIA/CGJ N.º 076, DE 8 DE SETEMBRO DE 2008**

O Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, **ERICK LINHARES**, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a manifestação da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar em sede de investigação preliminar, em relação aos fatos noticiados na reclamação impetrada pelo Sr. Jorge Luiz Jaworski;

RESOLVE:

**Art. 1.º.** Instaurar sindicância, com a finalidade de apurar a responsabilidade do servidor *J. C. de J.*, Assistente Judiciário, lotado na Diretoria do Fórum Advogado Sobral Pinto, matrícula ..., ante o suposto cometimento de infração disciplinar, consistindo em ter faltado com urbanidade no tratamento com superior hierárquico, insurgindo-se de forma injustificada e desproporcional em virtude de comunicação de suas faltas ao trabalho, com possível prática do crime de ameaça.

**Art. 2.º.** Determinar à Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, composta, de acordo com a Portaria Presidencial n.º 848/2007, pelos servidores Clóvis Alves Ponte (presidente), Glenn Linhares Vasconcelos (membro) e Kleber Eduardo Raskopf (membro) ou pelos respectivos suplentes, para o caso de afastamento dos titulares a qualquer título, suspeições e impedimentos, conforme Portaria Presidencial n.º 465/2008, alterada pela Portaria Presidencial n.º 684/2008, que proceda à sindicância no prazo de trinta dias.

**Art. 3.º.** Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública em diligências necessárias à instrução processual.

**Art. 4.º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, autue-se e cumpra-se.

Boa Vista (RR), 8 de setembro de 2008.

ERICK LINHARES  
JUIZ AUXILIAR DA CGJ/RR

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### AVISO DE EDITAL

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico n.º 025/2008

**PROCESSO:** 0036/2008 - FUNDEJURR

**OBJETO:** Contratação de empresa para o fornecimento de materiais e serviços de infra-estrutura para montagem e instalação de torres de comunicação, bem como o fornecimento de equipamentos de comunicação de redes sem fio.

**ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 09/09/2008 às 08h00 no [sítio www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 25/09/2008 às 09h30min (Horário de Brasília) no [sítio](http://www.licitacoes-e.com.br) supracitado.

**INÍCIO DA DISPUTA:** 25/09/2008 às 15h30min (Horário de Brasília) no [sítio](http://www.licitacoes-e.com.br) supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, nos [sítios](http://www.licitacoes-e.com.br) [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.tj.rr.gov.br](http://www.tj.rr.gov.br).

Boa Vista (RR), 08 de setembro de 2008.

Valdira C. Santos Silva  
Pregoeira

## DIRETORIA GERAL

PORTARIA N.º 010, DE 08 DE SETEMBRO DE 2008

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

Considerando Art. 2.º, III da Resolução n.º 035, de 01.08.2007,

RESOLVE:

Estabelecer a escala de horário de expediente dos servidores lotados nos órgãos administrativos do Tribunal de Justiça, conforme tabela abaixo:

DIRETORIA GERAL	
SERVIDOR	HORÁRIO
Rosaura Franklin da Silva	08:00h às 13:00h e das 15:00h às 18:00h
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
SERVIDOR	HORÁRIO
Klissia Michelle Melo Costa	08:00h às 11:00h e das 13:00h às 18:00h

DIVISÃO DE MATERIAL	
SEÇÃO DE PATRIMÔNIO	
SERVIDOR	HORÁRIO
Keytyene dos Santos Silva	08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h
José Antônio Vilpert	08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h
SEÇÃO DE ALMOXARIFADO	
SERVIDOR	HORÁRIO
Célia Regina Barbosa Silva	08:00h às 13:00h e das 15:00h às 18:00h
Lucas Emanuel Rodrigues da Silva	08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	
Jocemir Paiva dos Santos	08:00h às 11:00h e das 13:00h às 18:00h
SEÇÃO DE ARQUIVO	
SERVIDOR	HORÁRIO
Edipo Nesse Mendonça de Oliveira	08:00h às 13:00h e das 15:00h às 18:00h
SEÇÃO DE TRANSPORTE	
SERVIDOR	HORÁRIO
Adriano de Souza Gomes	08:00h às 13:00h e das 15:00h às 18:00h
Antônio Edmilson Vitalino de Sousa	08:00h às 13:00h e das 15:00h às 18:00h
BIBLIOTECA	
SERVIDOR	HORÁRIO
Marilucy de Freitas Melo	08:00h às 11:00h e das 13:00h às 18:00h
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	
SERVIDOR	HORÁRIO
Kellen Ribeiro Bentes Nunes	08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h
SEÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS	
SERVIDOR	HORÁRIO
Alexandre de Jesus Trindade	08:00h às 11:00h e das 13:00h às 18:00h
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
SERVIDOR	HORÁRIO
Charles Sobral de Paiva	08:00h às 13:00h e das 15:00h às 18:00h
Cristine Helena Miranda Ferreira Rodrigues	08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h
SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO DO FUNDEJURR	
SERVIDOR	HORÁRIO
João de Deus Rolan Ferreira	08:00h às 13:00h e das 15:00h às 18:00h
José David Monteiro Fernandes	08:00h às 11:00h e das 13:00h às 18:00h
Nádia Maria Sarah Dall'Agnol	08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE PESSOAL	
SERVIDOR	HORÁRIO
Suzana Tracy Joanna da Silva	08:00h às 11:00h e das 13:00h às 18:00h

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Augusto Monteiro  
Diretor-Geral

PORTARIA/DG N.º 18, DE 05 DE SETEMBRO DE 2008.

A Diretora-Geral da Defensoria Pública do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IV, art. 1.º da Portaria/DPG N.º 430/08,

RESOLVE:

Conceder a servidora ELIZANGELA ANDRADE DA SILVA, 30 (trinta) dias de férias referente ao exercício 2007/2008, a serem usufruídas no período de 08 set a 07 out de 2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Shirley R. de Almeida Matos Cruz  
Diretora-Geral

Procedimento Administrativo n.º 2.157/2008

Origem: Comarca de Rorainópolis

Assunto: Solicita pagamento de diárias

**DECISÃO**

1. Com fulcro no art. 1º, XIV, da Portaria GP nº 737/2008, autorizo o pagamento do complemento das diárias, aos servidores: Jackson Luiz Triches e Reginaldo Rosendo.

2. Publique-se e certifique-se.

3. Após, encaminhem-se ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providenciar pagamento.

Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2008.

**Augusto Monteiro**  
Diretor Geral – TJRR

**Procedimento Administrativo nº 2.107/2008**

Origem: Vara da Justiça Itinerante - Gabinete  
Assunto: Solicita pagamento de diárias

**DECISÃO**

1. Com fulcro no art. 1º, XIV, da Portaria GP nº 737/2008, autorizo o pagamento do complemento das diárias, aos servidores: Darwin de

Pinho Lima, Argemiro Ferreira da Silva, Ana Ângela Marques de Oliveira, Ana Luíza Rodrigues Martinez, Miguel Feijó Rodrigues e Almério Monteiro de Souza.

2. Publique-se e certifique-se.

3. Após, encaminhem-se ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providenciar pagamento.

Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2008.

**Augusto Monteiro**  
Diretor Geral – TJRR

**Procedimento Administrativo nº 3.360/2007**

Origem: Araneiza Rodrigues da Silva  
Assunto: Solicita a possibilidade do TJRR de arcar com a parte patronal de sua contribuição previdenciária.

**DECISÃO**

1. Reconheço, nos termos do artigo 37 da Lei nº 4.320/64 e do artigo 22 do Decreto nº 93.872/86, a despesa de exercício anterior relativa

à cota patronal a ser repassada ao IPER da servidora Araneiza Rodrigues da Silva, no valor indicado às fls. 24/28.

2. Publique-se e certifique-se.

3. Após, remetam-se os autos ao Departamento de Planejamento e Finanças para emissão de empenho e liquidação.

Boa Vista-RR, 08 de setembro de 2008.

**Augusto Monteiro**  
Diretor Geral – TJRR

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE**

<b>Nº DO P.A.:</b>	2140/08
<b>ASSUNTO:</b>	Participação das servidoras Gleide Nádjia Lisboa Santos e Marta Barbosa da Silva no curso "Gestão Tributária de Contratos e Convênios", a realizar-se na cidade de São Paulo, no período de 10 a 12 de setembro.
<b>FUND. LEGAL:</b>	art. 25, II c/c art. 13, VI da Lei de Licitações.

<b>CONTRATADA:</b>	Open Treinamentos Empresariais Ltda.
<b>VALOR:</b>	R\$ 2.960,00
<b>DATA:</b>	Boa Vista, 04 de setembro de 2008.

Silvânia Nascimento  
Diretora do Departamento

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS****Procedimento Administrativo nº 2168/2008**

Origem: Maria de Jesus Barbosa Almeida  
Assunto: Solicita auxílio-natalidade

**DECISÃO**

1. Considerando o disposto no art. 3º, inciso VII, alínea "a" da Portaria nº 737/08.
2. Acolho o parecer jurídico de fls. 08/09.
3. Defiro o pedido nos termos do art. 178 c/c o art. 179 ambos da Lei Complementar nº 053/01.
4. Publique-se e certifique-se.
5. Remetam-se os autos ao DPF para verificação de disponibilidade orçamentária.
6. Após, à Divisão de Administração de Pessoal para demais providências.

Boa Vista, 04 de setembro de 2008.

**Francisco de Assis de Souza**  
Diretor do Departamento  
De Recursos Humanos

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS DA SEGUNDA INSTÂNCIA****Expediente de 05/09/2008****TRIBUNAL PLENO**

Juiz(iza): Ricardo Oliveira

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

00001 - 01008010698-1

Recorrente: Maycon Robert Moraes Tomé, Recorrido: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio, Adv - Não consta registro de advogado.

**TURMA CÍVEL**

Juiz(iza): Almiro Padilha

**AGRAVO DE INSTRUMENTO**

00002 - 01008010703-9

Agravante: O Estado de Roraima, Agravado: F C Negreiros e outros => Distribuição por Sorteio, Adv - Alda Celi Almeida Bóson Schetine.

00003 - 01008010705-4

Agravante: O Estado de Roraima, Agravado: N G da Silva e outros => Distribuição por Sorteio, Adv - Alda Celi Almeida Bóson Schetine.

00004 - 01008010707-0

Agravante: O Estado de Roraima, Agravado: M M do Carmo - Me e outros => Distribuição por Sorteio, Adv - Alda Celi Almeida Bóson Schetine, Carlos Antônio Sobreira Lopes.

Juiz(iza): José Pedro

**AGRAVO DE INSTRUMENTO**

00005 - 01008010702-1

Agravante: O Estado de Roraima, Agravado: Importadora e Exportadora Trevo Ltda e outros => Distribuição por Sorteio, Adv - Alda Celi Almeida Bóson Schetine.

00006 - 01008010704-7

Agravante: O Estado de Roraima, Agravado: J I Pereira de Souza e outros =>Distribuição por Sorteio, Adv - Alda Celi Almeida Bóson Schetine.

00007 - 01008010706-2

Agravante: O Estado de Roraima, Agravado: Importadora e Exportadora Trevo Ltda e outros =>Distribuição por Sorteio, Adv - Alda Celi Almeida Bóson Schetine.

**TURMA CRIMINAL**

Juiz(iza): Mauro José do Nascimento Campello

**HABEAS CORPUS**

00008 - 01008010699-9

Impetrante: Rogenilton Ferreira Gomes, Paciente: Clemilson da Costa Sousa =>Distribuição por Sorteio, Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00009 - 01008010700-5

Impetrante: José Rogério de Sales, Paciente: Anisio Cordeiro da Silva =>Distribuição por Sorteio, Adv - José Rogério de Sales.

Juiz(iza): Ricardo Oliveira

**HABEAS CORPUS**

00010 - 01008010701-3

Impetrante: Mauro Silva de Castro, Paciente: Davies Khumalo =>Distribuição por Sorteio, Adv - Mauro Silva de Castro.

---

**COMARCA DE BOA VISTA**  
**JUSTIÇA COMUM**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 05/09/2008**

000336AM-A =&gt;00095

002599AM =&gt;00106

067854MG =&gt;00098

000910RO =&gt;00078

001731RO =&gt;00078

000000RR =&gt;00036

000005RR-B =&gt;00104

000052RR =&gt;00065, 00067, 00081

000070RR-B =&gt;00095

000074RR-B =&gt;00062

000077RR-A =&gt;00093

000078RR-A =&gt;00097

000078RR =&gt;00092

000084RR-A =&gt;00065, 00067, 00085

000087RR-B =&gt;00055

000087RR-E =&gt;00089

000092RR-B =&gt;00060

000105RR-B =&gt;00091, 00096

000114RR-A =&gt;00088, 00106

000114RR-B =&gt;00116

000118RR =&gt;00106, 00117

000123RR-B =&gt;00077

000125RR-E =&gt;00088, 00089

000125RR =&gt;00061

000128RR-B =&gt;00055

000131RR =&gt;00100

000139RR-B =&gt;00059

000146RR-B =&gt;00059

000149RR =&gt;00087, 00100

000155RR-B =&gt;00099, 00100, 00106

000164RR =&gt;00106

000171RR-B =&gt;00098

000175RR-B =&gt;00088

000178RR =&gt;00116

000181RR-A =&gt;00106

000182RR-B =&gt;00097

000184RR-A =&gt;00105

000185RR =&gt;00106

000189RR =&gt;00095

000190RR =&gt;00103, 00117

000201RR-A =&gt;00115

000208RR-B =&gt;00102

000210RR =&gt;00106

000212RR =&gt;00102

000213RR-B =&gt;00062

000215RR-B =&gt;00068, 00069, 00070, 00071, 00072, 00073,

00074, 00076, 00078, 00079, 00080, 00083

000220RR-B =&gt;00073

000224RR-B =&gt;00064

000226RR-B =&gt;00066, 00075, 00082, 00084

000226RR =&gt;00063, 00064

000236RR =&gt;00106

000238RR =&gt;00117

000245RR =&gt;00077

000252RR-B =&gt;00117

000254RR-A =&gt;00056, 00107, 00108

000260RR =&gt;00106

000263RR =&gt;00090

000264RR-B =&gt;00086

000264RR =&gt;00088, 00089, 00106

000276RR-B =&gt;00116

000284RR =&gt;00098

000297RR-A =&gt;00101

000311RR =&gt;00057

000337RR =&gt;00058, 00106

000358RR =&gt;00098

000379RR =&gt;00063, 00064, 00087

000384RR =&gt;00094

000387RR =&gt;00094

000409RR =&gt;00098

000413RR =&gt;00106

000420RR =&gt;00063, 00064

000424RR =&gt;00087

000432RR =&gt;00106

000433RR =&gt;00099

000441RR =&gt;00104

000451RR =&gt;00093

000468RR =&gt;00088, 00089, 00106

000481RR =&gt;00100

000483RR =&gt;00038

000497RR =&gt;00106

000506RR =&gt;00001

145521SP =&gt;00098

216393SP =&gt;00098

233288SP =&gt;00098

---

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

---

**7AVARACÍVEL**

Juiz(iza): Paulo César Dias Menezes

**EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA**

00054 - 001008195498-3

Excipiente: M.L.O. => Distribuição por Dependência em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**2AVARACRIMINAL**

Juiz(iza): Jarbas Lacerda de Miranda

**CRIME C/ COSTUMES**

00005 - 001008195357-1

Indiciado: R.N.T. => Distribuição por Dependência em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

00006 - 001008195352-2

Indiciado: P.H.S.R. => Distribuição por Dependência em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00007 - 001008195353-0

Indiciado: J.B.E. => Distribuição por Dependência em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00008 - 001008195358-9

Indiciado: O.S.O. => Distribuição por Dependência em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 001008195634-3

Indiciado: J.A.P. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 001008195635-0

Indiciado: O.A.C.F. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 001008195636-8

Indiciado: F.P.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 001008195637-6

Indiciado: E.C.A. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 001008195639-2

Indiciado: M.P.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00014 - 001008195640-0

Indiciado: G.F.V. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00015 - 001008195642-6

Indiciado: L.C.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00016 - 001008195643-4

Indiciado: R.A.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00017 - 001008195646-7

Indiciado: M.R.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 001008195647-5

Indiciado: M.V.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 001008195648-3

Indiciado: G.O.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 001008195649-1

Indiciado: M.S.A. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 001008195650-9

Indiciado: A.S.L. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001008195651-7

Indiciado: A.V.C. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00023 - 001008195652-5

Indiciado: B.R.V.P. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00024 - 001008195653-3

Indiciado: P.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001008195654-1

Indiciado: W.V.G. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001008195655-8

Indiciado: S.M.L.C. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00027 - 001008195656-6

Indiciado: R.S.O. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00028 - 001008195657-4

Indiciado: O.S.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00029 - 001008195658-2

Indiciado: V.B.P. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001008195659-0

Indiciado: D.W.A.B. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00031 - 001008195660-8

Indiciado: V.G.R. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00032 - 001008195661-6

Indiciado: A.V.S.G. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00033 - 001008195662-4

Indiciado: M.R.S.A. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00034 - 001008195663-2

Indiciado: J.G.T. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00035 - 001008195674-9

Indiciado: G. e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## LIBERDADE PROVISÓRIA

00036 - 001008195351-4

Requerente: Valdecir de Aguiar Salgado =&gt; Distribuição por Dependência em 05/09/2008. Adv - Defensoria Pública do Estado de Roraima.

## PRISÃO EM FLAGRANTE

00037 - 001008195347-2

Autuado: Darci Camargo Pereira =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## RELAXAMENTO DE PRISÃO

00038 - 001008195359-7

Requerente: Zaquel Teixeira de Brito =&gt; Distribuição por Dependência em 05/09/2008. Adv - Josinaldo Barboza Bezerra.

## 3A VARACRIMINAL

Juiz(iza): Euclides Calil Filho

## PRECATÓRIA CRIME

00039 - 001008195484-3

Réu: Jucilene Pereira de Souza Oliveira e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00040 - 001008195485-0

Réu: José Augusto Pinto do Santos e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00041 - 001008195486-8

Réu: José Mendes de Brito =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00042 - 001008195487-6

Réu: Nelson Giro =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00043 - 001008195488-4

Réu: Rosimar Ferreira Lima =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00044 - 001008195489-2

Réu: Andre Rarris da Cruz e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00045 - 001008195490-0

Réu: Manoel Teofilo Ribeiro Mafra =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00046 - 001008195491-8

Réu: Raimundo Alves de Queiroz =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00047 - 001008195493-4

Réu: Domicélio de Matos Lima =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00048 - 001008195532-9

Réu: Joelma Silva Cardoso =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00049 - 001008195533-7

Réu: Jose Rodrigues de Souza =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00050 - 001008195534-5

Réu: Josemar Lopes de Souza =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00051 - 001008195535-2

Réu: Paulo Sérgio Souza da Costa =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00052 - 001008195536-0

Réu: Carlos Henrique Jorge Dumer Neto =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00053 - 001008195537-8

Réu: Alex dos Santos =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**4A VARA CRIMINAL**

Juiz(iza): Jésus Rodrigues do Nascimento

**LIBERDADE PROVISÓRIA**

00001 - 001008195354-8

Requerente: Helio Monteiro Lima =&gt; Distribuição por Dependência em 05/09/2008. Adv - John Pablo Souto Silva.

**PRISÃO EM FLAGRANTE**

00002 - 001008195349-8

Autuado: Geovane Alves dos Santos =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**5A VARA CRIMINAL**

Juiz(iza): Leonardo Pache de Faria Cupello

**CRIME C/ PATRIMÔNIO**

00003 - 001008195341-5

Indiciado: J.C.L.T. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PRISÃO EM FLAGRANTE**

00004 - 001008195350-6

Autuado: Ramilson da Silva Almeida =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****2A VARACÍVEL****Expediente de 05/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Elaine Cristina Bianchi****PROMOTOR(A):****Luiz Antonio Araújo de Souza****ESCRIVÃO(A):****Cláudia Luiza Pereira Nattrodt****Frederico Bastos Linhares****EXCEÇÃO PRÉ-EXECUTIVIDADE**

00061 - 001008193178-3

Requerente: Kennedy Bernardino de Oliveira  
Requerido: O Estado de Roraima => DESPACHO: I. Certifique-se a tempestividade do presente recurso  
II. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Pedro de A. D. Cavalcante.**EXECUÇÃO**

00062 - 001004079314-2

Exequente: S&m Construções e Comercio Ltda  
Executado: O Estado de Roraima => DESPACHO: I. Intime-se o Autor, pessoalmente, para manifestar-se nos autos, em 48 horas, sob pena de extinção, nos termos do § 1º do art. 267 do CPC  
II. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Diógenes Baleeiro Neto.

00063 - 001005120598-6

Exequente: Rárisson Tataira da Silva  
Executado: O Estado de Roraima => DESPACHO: I. Requisite-se o pagamento do valor acostado na planilha de fl.55, excluindo-se o valor das custas, por intermédio do Exmo. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça(CF, art. 100  
CPC, art. 730, I e II)  
II. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Alexander Ladislau Menezes, Mivanildo da Silva Matos, Marcos Guimarães Dualibi.

00064 - 001005120603-4

Exequente: Renato Cavalcante Filho  
Executado: O Estado de Roraima => DESPACHO: I. Requisite-se o pagamento do valor acostado na planilha de fl.59 por intermédio do Exmo. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça (CF, art. 100  
CPC, art. 730, I e II)  
II. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Alexander Ladislau Menezes, Mário José Rodrigues de Moura, Mivanildo da Silva Matos, Marcos Guimarães Dualibi.**EXECUÇÃO FISCAL**

00065 - 001001003703-3

Exequente: Município de Boa Vista  
Executado: R Fontana => DESPACHO: I. Chamo o feito à ordem, tendo em vista que a intimação do Executado acerca do leilão (fl. 43) foi encaminhada a endereço diverso da citação (fl. 19)  
II. Manifeste-se o Exequente  
III. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício, Lúcia Pinto Pereira.

00066 - 001001003842-9

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Av Barboza e outros => DESPACHO: I. Defiro a suspensão, pelo período requerido  
II. Após, diga o Exequente  
III. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Vanessa Alves Freitas.

00067 - 001001003976-5

Exequente: Município de Boa Vista  
Executado: Etapa Serviços Gerais Ltda => DESPACHO: I. Manifeste-se o Exequente acerca da prescrição intercorrente  
II. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00068 - 001001019188-9

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: C Leão Saldanha => DESPACHO: I. Cumpra-se o item IV do despacho de fl. 94  
II. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00069 - 001001019231-7

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Etel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda e outros  
=> DESPACHO: I. Cumpra-se o item IV do despacho de fl. 42  
II. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00070 - 001001019248-1

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Jatapu Comércio e Construção Ltda e outros => DESPACHO: I. Libere-se o bloqueio do DUT, posto que o bem não se encontra penhorado, conforme jurisprudência do STJ (Resp 499353/MG)  
II. Estando presentes os requisitos legais, defiro o bloqueio solicitado  
III. Efetivado o bloqueio, caso haja bens constritos, encaminhem-se os autos a DPE para, em querendo, oferecer embargos

IV. Sendo insuficiente ou negativa a resposta, diga o Exequente  
V. O espelho do bloqueio do Sistema BACENJUD valerá como Termo de Penhora, em virtude do princípio da instrumentalidade das formas  
VI. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00071 - 001004091202-3

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Ismael Silva Rodrigues e outros => DESPACHO: I. Cumpra-se o item IV do despacho de fl. 63  
II. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00072 - 001004091795-6

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Maria Concebida S Mota e outros => DESPACHO: I. Estando presentes os requisitos legais, defiro o bloqueio solicitado  
II. Efetivado o bloqueio, intime-se o executado para, em querendo, oferecer embargos  
III. Sendo insuficiente o saldo ou negativa a resposta, diga o Exequente  
IV. O espelho do bloqueio do Sistema BACENJUD valerá como Termo de penhora, em virtude do princípio da instrumentalidade das formas  
V. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00073 - 001004093135-3

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: F Fernandes Lima e outros => DESPACHO: I. Tendo em vista que o Executado foi citado por edital e o despacho de nomeação de curador especial de fl. 44 não foi devidamente cumprido, chamo o feito à ordem para anular os atos praticados a partir da fl. 45  
II. Cumpra-se o despacho de fl. 44  
III. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira, Daniella Torres de Melo Bezerra.

00074 - 001004093137-9

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: N de M Anselmo e outros => DESPACHO: I. Tendo em vista a contradição de fl. 75, manifeste-se o Exequente  
II. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00075 - 001004094304-4

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Rubens Albers R Menae => DESPACHO: I. Tendo em vista que o Executado foi citado por edital e não houve nomeação de curador especial, chamo o feito à ordem para anular os atos praticados a partir da fl. 45  
II. Considerando que a parte foi citada por edital, nomeio como Curador Especial o representante da Defensoria Pública que atua junto a essa Vara  
III. Expeça-se Termos de Compromisso  
IV. Após, vistas à DPE para, em querendo, manifestar-se nos autos  
V. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Vanessa Alves Freitas.

00076 - 001004094797-9

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Elton Agostinho de Moraes => DESPACHO: I. Tendo em vista a contradição de fl. 50, manifeste-se o Exequente  
II. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00077 - 001005100753-1

Exequente: Município de Boa Vista  
Executado: Opção Acadêmica Ltda => DESPACHO: I. A medida preceituada pelo artigo 185-A do CTN é recurso derradeiro a ser utilizado somente quando esgotados todos os meios necessários à localização de bens do Executado passíveis de penhora. Não é o que se verifica nos presentes autos  
II. Diante do exposto, indefiro o pedido de indisponibilidade dos bens  
III. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Sebastião Ernesto Santos dos Anjos, Dimas de Almeida Soares.

00078 - 001005101557-5

Exequente: O Estado de Roraima e outros  
Executado: Nair Venturim Gurgacz e outros => DESPACHO: I. Cumpra-se o item 4 do despacho de fl. 409, devendo a Embargante recolher as respectivas custas  
II. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra, Fernando Borges de Moraes, Geórgida Fabiana M. de Alencar Costa.

00079 - 001005107556-1

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Maria Concebida S Mota e outros => DESPACHO: I. Tendo em vista que a parte foi citado por edital, nomeio como Curador Especial o representante da Defensoria Pública que atua junto a essa Vara  
II. Expeça-se Termos de Compromisso  
III. Após, vistas à DPE para, em querendo, manifestar-se nos autos  
IV. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00080 - 001006127502-9

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Agrosul Agropecuária Ltda e outros => DESPACHO: I. Tendo em vista a contradição de fl. 46, manifeste-se o Exequente  
II. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00081 - 001006128611-7

Exequente: Município de Boa Vista  
Executado: Severino Duarte da Silva => DESPACHO: I. Expeça-se novo mandado de citação, penhora e avaliação, observando o endereço fornecido (fl. 33)  
II. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00082 - 001006142035-1

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Maria Micheline do Carmo e outros => DESPACHO: I. Estando presentes os requisitos legais, defiro o bloqueio solicitado  
II. Efetivado o bloqueio, intime-se a executada para, em querendo, oferecer embargos  
III. Sendo insuficiente o saldo ou negativa a resposta, diga o Exequente  
IV. O espelho do bloqueio do Sistema BACENJUD valerá como Termo de penhora, em virtude do princípio da instrumentalidade das formas  
V. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Vanessa Alves Freitas.

00083 - 001006142494-0

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Edney Jesus de Araujo e outros => DESPACHO: I. Tendo em vista que a parte foi citada por edital, nomeio como Curador Especial o representante da Defensoria Pública que atua junto a esta Vara  
II. Expeça-se Termo de Compromisso  
III. Após, vista à DPE para, em querendo, manifestar-se nos autos  
IV. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00084 - 001007158308-1

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: P Moreira da Silva => DESPACHO: I. Tendo em vista a contradição de fl. 45, manifeste-se o Exequente  
II. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Vanessa Alves Freitas.

00085 - 001007159513-5

Exequente: Município de Boa Vista  
Executado: Jv Silva => DESPACHO: I. Indefiro o pedido de fl. 18 em face da não verificação de uma das hipóteses de responsabilidade tributária do sócio da empresa executada  
II. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00086 - 001007161933-1

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Roraima Gases Ltda e outros => DESPACHO: I. Tendo em vista a contradição de fl. 33, manifeste-se o Exequente  
II. Int. Boa Vista-RR, 03/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Marcelo Tadanó.



## ORDINÁRIA

00087 - 001007164316-6

Requerente: O Estado de Roraima

Requerido: Samuel Alves dos Reis => DESPACHO: I. Tendo em vista que a testemunha arrolada já foi ouvida perante a Corregedoria de Polícia, sendo a mesma servidora do Estado de Roraima e considerando a documentação acostada aos autos, não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência

II. Dessa forma, anuncio o julgamento antecipado da lide

III. Int. Boa Vista-RR, 02/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Mivanildo da Silva Matos, Marcos Antônio C de Souza, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho.

## 4AVARACÍVEL

Expediente de 05/09/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Cristovão José Suter Correia da Silva

JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:

Délcio Dias Feu

PROMOTOR(A):

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(Ã):

Andrea Ribeiro do Amaral Noronha

## AÇÃO DE COBRANÇA

00088 - 001005114883-0

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: C A Melo Oliveira => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: resposta ao ofício. 02/99). Boa Vista, 04/09/2008. Adv - Márcio Wagner Mauricio, Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Camila Araújo Guerra.

00089 - 001006135176-2

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Antonio Lima Mendes => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: certidão fl. 67. (Port. 02/99). Boa Vista, 04/09/2008. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Camila Araújo Guerra.

## DEPÓSITO

00090 - 001008184695-7

Autor: Lira &amp; Cia Ltda - Casa Lira

Réu: Armando Sergio de Araujo => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: consulta fl. 48. (Port. 02/99). Boa Vista, 04/09/2008. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

## EXECUÇÃO

00091 - 001003063006-4

Exequente: Banco do Brasil S/A

Executado: Antônio Gualberto da Conceição => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: certidão fl. 114. (Port. 02/99). Boa Vista, 04/09/2008. Adv - Johnson Araújo Pereira.

00092 - 001005108684-0

Exequente: Marcelo Alves de Aruda

Executado: Irineu Holzbach => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: certidão fl. 65. (v). (Port. 02/99). Boa Vista, 04/09/2008. Adv - Jorge da Silva Fraxe.

00093 - 001005122308-8

Exequente: Pre Escolar Reizinho

Executado: Dioneide de Souza Oliveira => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: certidão fl. 74. (Port. 02/99). Boa Vista, 04/09/2008. Adv - Roberto Guedes Amorim, Roberto Guedes de Amorim Filho.

## EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00094 - 001005116654-3

Exequente: Jose Geraldo de Castro

Executado: Angela Maria Paes Barreto Sousa Cruz => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: respoata ao ofício. (Port. 02/99). Boa Vista, 04/09/2008. Adv - Jaqueline Magri dos Santos, Cleia Furquim Godinho.

## REVISIONAL DE CONTRATO

00095 - 001003073450-2

Requerente: Isaías de Andrade Costa

Requerido: Banco Fiat S/A => ATO ORDINATÓRIO: Ao requerido: alvará de liberação de valores. (Port. 02/99). Boa Vista, 03/09/2008. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Elaine Bonfim de Oliveira, Augusto Dantas Leitão.

## 5AVARACÍVEL

Expediente de 05/09/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Mozarildo Monteiro Cavalcanti

PROMOTOR(A):

Jeanne Christhine Fonseca Sampaio

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(Ã):

Tyanne Messias de Aquino

## EXECUÇÃO

00096 - 001003062994-2

Exequente: Banco do Brasil S/A

Executado: Adailson da Silva Coelho => Intimação da parte EXEQUENTE para receber em cartório EDITAL para publicação, no prazo de 05(cinco) dias. Adv - Johnson Araújo Pereira.

00097 - 001008181768-5

Exequente: Banco Bradesco S/A

Executado: Inforcell Comercio e Serviços Ltda e outros => Intimação da parte EXEQUENTE para receber em cartório EDITAL para publicação, no prazo de 05(cinco) dias. Adv - Helder Figueiredo Pereira, Geralda Cardoso de Assunção.

## INDENIZAÇÃO

00098 - 001007167768-5

Autor: Gilberto Uemura e outros

Réu: Sun & Sea Internacional Viagens e Turismo Ltda e outros => Intimação da parte AUTORA para manifestar-se sobre a(s) certidão(ões) de fls. 171v/172v, no prazo de 05(cinco) dias. Adv - Liliana Regina Alves, Tarciano Ferreira de Souza, Faic Ibraim Abdel Aziz, Denise Abreu Cavalcanti, Arnaldo Queiroz de Melo Júnior, Rodrigo Henrique Colnago, Daniel Clayton Moreti, Marceli Augusta Cesar Cereser.

## 7AVARACÍVEL

Expediente de 05/09/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Paulo César Dias Menezes

PROMOTOR(A):

Ademar Loiola Mota

ESCRIVÃO(Ã):

Maria das Graças Barroso de Souza

## EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00055 - 001006134694-5

Autor: E.M.

Réu: W.B.M. => FINAL DE SENTENÇA:POSTO ISSO, diante de tudo que nos autos consta, julgo procedente a pretensão deduzida na inicial, em consonância com o parecer do Ministério Público, exonerando-se o autor da obrigação de prestar alimentos à Ré, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, com fínas no artigo 269, inciso I, do CPC. Oficie-se ao órgão empregador do Autor, acerca da cessação dos descontos inerentes à pensão alimentícia em favor da Ré.Sem Custas. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos com as anotações de estilo e baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista- RR, 29/08/08. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - José Demontiê Soares Leite, Maria Emília Brito Silva Leite.

00056 - 001006150144-0

Autor: A.S.P.L.

Réu: O.L. e outros => FINAL DE SENTENÇA:POSTO ISSO, diante de tudo que nos autos consta, julgo procedente a pretensão deduzida na inicial, em consonância com o parecer do Ministério

Público, exonerando-se o autor da obrigação de prestar alimentos aos Réus, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, com fins no artigo 269, inciso I, do CPC. Oficie-se ao órgão empregador do Autor, acerca da cessação dos descontos inerentes à pensão alimentícia. Custas pelo réus. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos com as anotações de estilo e baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista- RR, 29/08/08. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Elias Bezerra da Silva.

00057 - 001007165715-8

Autor: R.O.G.

Réu: R.O.G.J. e outros => FINAL DE SENTENÇA: POSTO ISSO, diante de tudo que nos autos consta, julgo procedente a pretensão deduzida na inicial, em consonância com o parecer do Ministério Público, exonerando-se o autor da obrigação de prestar alimentos aos Réus, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, com fins no artigo 269, inciso I, do CPC. Oficie-se ao órgão empregador do Autor, acerca da cessação dos descontos inerentes à pensão alimentícia em favor dos Réus. Sem Custas. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos com as anotações de estilo e baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista- RR, 29/08/08. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Emira Latife Lago Salomão.

#### REVISIONAL DE ALIMENTOS

00058 - 001006141994-0

Requerente: F.M.T.

Requerido: B.R.T. => FINAL DE SENTENÇA: POSTO ISSO, com lastro nos fatos e fundamentos acima expostos e, em consonância com o parecer ministerial e provas colhidas nestes autos, julgo improcedente ao pedido, mantendo a pensão alimentícia fixada em favor da Ré no valor de 66,7% do salário mínimo. Sem Custas. Após as formalidades legais e ocorrido o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. P.R.I. Boa Vista- RR, 29/08/08. Paulo César dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00059 - 001006151527-5

Requerente: W.A.S.P.

Requerido: M.L.R.S.P. => FINAL DE SENTENÇA: POSTO ISSO, com lastro nos fatos e fundamentos acima expostos e, em consonância com o parecer ministerial e provas colhidas nestes autos, julgo parcialmente procedente o pedido, mantendo a pensão alimentícia fixada em favor do réu no valor de 15% do salário do autor. Sem custas. Após as formalidades legais e ocorrido o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. P.R.I. Boa Vista- RR, 29/08/08. Paulo César dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza, Carlos Fabrício Ortmeier Ratcheski.

00060 - 001007167295-9

Requerente: J.V.S.

Requerido: V.A. => FINAL DE SENTENÇA: POSTO ISSO, com lastro nos fatos e fundamentos acima expostos e, em consonância com o parecer ministerial e provas colhidas nestes autos, julgo parcialmente procedente ao pedido, reduzindo a pensão alimentícia fixada em favor do requerido para o percentual de 20% do salário mínimo. Sem Custas. Após as formalidades legais e ocorrido o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. P.R.I. Boa Vista- RR, 29/08/08. Paulo César dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Marcos Antonio Jóffily .

#### 1A VARA CRIMINAL

##### Expediente de 05/09/2008

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Lana Leitão Martins**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Ademir Teles Menezes**  
**Carlos Paixão de Oliveira**  
**ESCRIVÃO(A) :**  
**Shyrley Ferraz Meira**

#### CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00099 - 001001010248-0

Réu: Carlos de Brito Carvalho => À defesa, para fins do artigo 384, do CPP. Em 05/09/2008. Lana Leitão Martins. Adv - Ednaldo Gomes Vidal, Marcela Medeiros Queiroz Franco.

00100 - 001008193261-7

Réu: Erihan David de Carvalho Bezerra e outros => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 08/09/2008 às 08:10 horas. Adv - Ronaldo Mauro Costa Paiva, Paulo Luis de Moura Holanda, Marcos Antônio C de Souza, Ednaldo Gomes Vidal.

#### 2A VARA CRIMINAL

##### Expediente de 05/09/2008

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Jarbas Lacerda de Miranda**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Ilaíne Aparecida Pagliarini**  
**José Rocha Neto**  
**ESCRIVÃO(A) :**  
**Iarly José Holanda de Souza**

#### CRIME C/ COSTUMES

00101 - 001007167291-8

Réu: Nilton Pereira da Silva => DECISÃO: “(...) 9. Todavia, em obediência às regras processuais, o(s) denunciado(s) terá(ão), no decorrer do processo penal, oportunidade de produzir provas e deduzir alegações de que dispuser(em) em sua(s) defesa(s), de forma mais ampla e exaustiva  
10. Em vista disso, nos termos do Artigo 399 do Código de Processo Penal (com sua nova redação determinada pela Lei n.º 11.719/2008), designo o dia 17 de setembro de 2008, às 15h00min., para AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO  
11. Determino a(s) intimação(ões) do(s) denunciado(s) (pessoalmente), devendo o(s) acusado(s) ser(em) notificado(s)/ intimado(s) para este ato processual, ficando ciente(s) que terá(ão) o direito de fazer(em)-se acompanhar de advogado(s) - nos termos do artigo 5º, inciso LXIII da CF/88  
12. Por oportuno, determino ainda a(s) intimação(ões) do(s) ilustre(s) advogado(s), via Diário do Poder Judiciário, desta decisão, bem como para comparecimento à audiência acima designada  
13. Cientifique(m)-se o(a) digno(a) Representante do Ministério Público com atribuições nesta Vara Especializada, do teor desta decisão, assim como da data da audiência de instrução e julgamento  
14. Requisite(m)-se o(s) denunciado(s) para apresentação em juízo, nos termos do § 1º do Artigo 399 do Código de Processo Penal (com sua nova redação determinada pela Lei n.º 11.719/2008)  
15. Intime(m)-se a(s) testemunha(s) arrolada(s) pelo Ministério Público FERNANDA COSTA BARBOSA, MIGUEL ARCANJO DE OLIVEIRA e AURIBETE DEODATO DA SILVA (fls. 04)  
16. Intime(m)-se as testemunhas arroladas pela Defesa-Técnica às fls. 66/67  
17. Cumpra-se COM URGÊNCIA. Boa Vista/RR, 04 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal.” Adv - Alysson Batalha Franco.

#### CRIME DE TÓXICOS

00102 - 001007164827-2

Réu: Werberson Sousa Campos e outros => 1.150 (hum mil, cento e cinquenta) dias-multa, no valor acima referido. Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal.” SENTENÇA: “(...) Em face do exposto, por tudo que dos autos constam, em harmonia com os memoriais apresentados pelo representante do Ministério Público Estadual, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia de fls. 02/04, para condenar os réus da seguinte forma: i) Em primeiro lugar, absolver o réu CLAUDSON DA SILVA CAMPOS, qualificado nos autos, das imputações que lhes foram feitas nos presentes autos, nos termos do artigo 386, inciso VI do Código de Processo Penal, reconhecendo a inexistência de provas suficientes para sua condenação. ii) Em relação ao réu CLAUDSON DA SILVA CAMPOS: No tocante ao réu CLAUDSON, considerando a sentença absolutória, hei por bem determinar a imediata expedição de alvará de soltura, colocando-o em liberdade, salvo se por outro motivo não tiver preso ii) Em seguida, condenar o réu WERBERSON SOUSA CAMPOS, qualificado nos autos, como incurso nas penas do Artigo 33 “caput” (Tráfico de Drogas - núcleo do tipo penal: “transportar” e “trazer consigo”) da Lei Federal n.º 11.343/2006, para na sequência passar a dosimetria da pena, nos termos do artigo 59 do Código Penal e ainda do artigo 42 da Nova Lei AntiDrogas. (...) ii) Em relação ao réu WERBERSON SOUSA CAMPOS: (...) Assim, torno a pena em definitivo em 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ainda 1.150 (hum mil, cento e cinquenta) dias-multa, no valor acima referido. Boa Vista/RR, 03 de

setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal.” Adv - José Luciano Henriques de Menezes Melo, Stélio Dener de Souza Cruz.

00103 - 001008188486-7

Réu: Aluizio Andrade de Castro => DESPACHO: “1. Considerando que a audiência designada às fls. 103 não se realizou em virtude deste Magistrado se encontrar participando de um curso realizado pelo Ministério Público Estadual

2. Em vista disso, hei por bem designar o dia 16 de setembro de 2008, às 15h00min., para audiência de instrução e julgamento

3. Intimem-se as testemunhas arroladas às fls. 04 e 61

4. Nos termos do artigo 359 do Código de Processo Penal, determino que seja notificada a Secretaria de Segurança Pública, informando-lhe o dia da audiência designada para o comparecimento do(s) policiais civis JJEOVANILDO CARDOSO e ALDIRON ROSA DA SILVA

5. Requisitar o acusado ALUIZIO ANDRADE DE CASTRO junto ao DESIPE

6. Intime-se o i. advogado do réu, via Diário do Poder Judiciário

7. Notifique-se o(a) representante do Ministério Público

8. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 04 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal.” Adv - Moacir José Bezerra Mota.

00104 - 001008189271-2

Réu: Raimunda Barbosa da Silva e outros => DECISÃO: “(...) 13. Desta forma, em face do exposto, acato o douto parecer ministerial, adotando-o como razões de decidir, e INDEFIRO o pedido de relaxamento de prisão da requerente MARIA ALEMÁRCIA SILVA DE OLIVEIRA, nos autos do Pedido de Relaxamento de Prisão nº 0010.08.189271-2 da 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista(RR). 14. Por oportuno, com fundamento no § 3º do artigo 403 do Código de Processo Penal, com sua redação determinada pela Lei nº 11.719/2008, de aplicação subsidiária do procedimento da Lei AntiDrogas, considerando a complexidade do caso, hei por bem conceder as partes o prazo de 05 (cinco) dias sucessivamente para apresentação de memoriais

15. Ciente o Ministério Público

16. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Comarca de Boa Vista (RR), em 04 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal.” Adv - Lizandro Icassatti Mendes, Alci da Rocha.

00105 - 001008191131-4

Réu: Demas de Araújo Viana => DESPACHO EM ATA: 1) Tendo em vista a ausência do i. Advogado Domingos Sávio Moura Rebelo, hei por bem intimá-lo para no prazo de 48 horas, para, querendo, apresente eventual justificativa, sob pena de encaminhamento de peças a Ordem dos Advogados do Brasil e Seccional Roraima para apuração de eventual violação dos incisos IX e XI do artigo 34 da Lei Federal 8.906 e Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil

2) Da mesma forma e no mesmo prazo, fica o i. Advogado intimado quanto a possibilidade da aplicação do disposto no artigo 265 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei nº 11.719/2008

3) Considerando a presença do acusado, também fica intimado para, querendo, constituir novo advogado, no prazo de 05 (cinco) dias após o encerramento do prazo concedido ao advogado, pois não o fazendo será nomeado por este Juízo Defensor Dativo com arbitramento dos respectivos honorários

4) Expeça-se Carta Precatória para a cidade de Brasília/DF, para inquirição da testemunha Cristiano Dantas, em endereço a ser obtido junto a Secretaria de Segurança Pública

5) Transcorrido os prazos acima, retornem os autos conclusos

6) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 04 de setembro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Domingos Sávio Moura Rebelo.

#### CRIMES C/ CRIA/ADOL/IDOSO

00106 - 001008190630-6

Réu: Lidiane do Nascimento Foo e outros => DESPACHO EM ATA (FINAL): 1) Defiro o pedido da defesa dos acusados Luciano, José Queiroz e Valdivino Queiroz, para determinar a expedição de ofícios ao Instituto de Criminalística e IMOL, requisitando os laudos periciais referente a Júlio César Teles Cavalcante

2) Expeça-se ofício a Polícia Federal para cumprir o requisitado pelo Ministério Público

3) Defiro o pedido do advogado do acusado Raimundo, para requisitar ROP e BOP junto a Polícia Militar e 4º Distrito Policial

4) Quanto aos pedidos de restituição das defesas, retornem os autos conclusos para análise

5) Defiro o pedido de substituição de parentes/amigos do réu Luciano Alves Queiroz para visitá-lo, conforme discriminado na petição protocolizada no dia 02.09.08, nos nomes das pessoas ali mencionadas e para tanto expeça-se ofício

6) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 05 de setembro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Silas Cabral de Araújo Franco, Josué dos Santos Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Ednaldo Gomes Vidal, Elias Augusto de Lima Silva, Rosa Cláudia Silva Queiroz, Mário Junior Tavares da Silva, Clodoci Ferreira do Amaral, Aline Dionísio Castelo Branco, Mauro Silva de Castro, Rogenilton Ferreira Gomes, José Fábio Martins da Silva, Alberto Simonetti Cabral, Alcides da Conceição Lima Filho.

#### HABEAS CORPUS

00107 - 001008190787-4

Paciente: Manasses Lins de Andrade => DECISÃO: “(...) 16. Desta forma, em face ao exposto, no mérito mantenho a decisão de fls. 10/20, e denego a presente ordem de Habeas Corpus pleiteada em favor de MANASSES LINS DE ANDRADE, em face da inexistência de constrangimento ilegal praticado pela autoridade apontada coatora, nos autos nº 0010.08.190787-4

17. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. 18. Após o lapso temporal, sem eventual recurso, archive-se. Boa Vista/RR, 20 de junho de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal.” Adv - Elias Bezerra da Silva.

00108 - 001008190907-8

Paciente: Alex Almeida Duarte e outros => DECISÃO: “(...) 23. Desta forma, em face ao exposto, com fundamento no artigo 114, parágrafo 4º da Constituição Federal, combinado com o artigo 6º, inciso III, do Código de Processo Penal, analisado o mérito e denego a presente ordem de Habeas Corpus pleiteada por ALEX ALMEIDA DUARTE e FREDSON PEREIRA DA SILVA, em face da inexistência de constrangimento praticado pela autoridade apontada coatora, nos autos nº 0010.08.190907-8

24. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. 25. Após o lapso temporal, sem eventual recurso, archive-se. Boa Vista/RR, 20 de agosto de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal.” Adv - Elias Bezerra da Silva.

00109 - 001008193749-1

Paciente: João Mesquita de Melo e outros => DECISÃO: “(...) 16. Isto posto, e por tudo que mais consta dos autos, com fundamento no artigo 65, do Código de Processo Penal, JULGO PREJUDICADO O PRESENTE FEITO, por perda de seu objeto, em razão do comparecimento dos pacientes ao suposto ato ilegal de reconhecimento de pessoas

17. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. 18. Após o lapso temporal, sem eventual recurso, archive-se. Boa Vista/RR, 20 de junho de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### PRISÃO EM FLAGRANTE

00110 - 001008194989-2

Autuado: Leonardo Teixeira da Cruz => DECISÃO: “(...) 7. Em vista disso, a prisão foi efetuada legalmente e nos termos do inciso I do artigo 302 do Código de Processo Penal

8. Por fim, “a priori” não existem vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, razão pela qual HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO e mantenho a(s) prisão(ões) do(s) flagranteado(s): LEONARDO TEIXEIRA DA CRUZ

9. Dar ciência ao ilustre representante do Ministério Público, bem como ao ilustre membro da Defensoria Pública

10. Aguardar em cartório o encaminhamento dos autos principais, no prazo legal. 11. Por fim, determino ao Escrivão Judicial que mantenha contato com o Escrivão de Polícia Civil, informando-o acerca do depósito do valor referente à fiança, que deverá ser efetuado através de Guia Judicial. 12. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 26 de agosto de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00111 - 001008195591-5

Autuado: Raimundo Nonato Trindade => DECISÃO: “(...) 6. Em vista disso, a prisão foi efetuada legalmente e nos termos do inciso I do artigo 302 do Código de Processo Penal

7. Por fim, “a priori” não existem vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, razão pela qual HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO e mantenho a(s) prisão(ões) do(s) flagranteado(s): RAIMUNDO NONATO TRINDADE

8. Dar ciência ao ilustre membro do Ministério Público, bem como ao ilustre membro da Defensoria Pública

9. Aguardar em cartório o encaminhamento dos autos principais, no prazo legal. 10. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00112 - 001008195594-9

Autuado: Osiel Souza de Oliveira => DECISÃO: “(...) 6. Em vista disso, a prisão foi efetuada legalmente e nos termos do inciso I do artigo 302 do Código de Processo Penal

7. Por fim, “a priori” não existem vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, razão pela qual HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO e mantenho a(s) prisão(ões) do(s) flagranteado(s): OSIEL SOUZA DE OLIVEIRA

8. Dar ciência ao ilustre membro do Ministério Público, bem como ao ilustre membro da Defensoria Pública

9. Aguardar em cartório o encaminhamento dos autos principais, no prazo legal. 10. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00113 - 001008195616-0

Autuado: Jardenilson Barbosa Elias => DECISÃO: “(...) 6. Em vista disso, a prisão foi efetuada legalmente e nos termos do inciso I do artigo 302 do Código de Processo Penal

7. Por fim, “a priori” não existem vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, razão pela qual HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO e mantenho a(s) prisão(ões) do(s) flagranteado(s): JARDENILSON BARBOSA ELIAS

8. Dar ciência ao ilustre membro do Ministério Público, bem como ao ilustre membro da Defensoria Pública

9. Aguardar em cartório o encaminhamento dos autos principais, no prazo legal. 10. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00114 - 001008195618-6

Autuado: Claudineia Farias da Mota => DECISÃO: “(...) 7. Em vista disso, a prisão foi efetuada legalmente e nos termos do inciso I do artigo 302 do Código de Processo Penal

8. Por fim, “a priori” não existem vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, razão pela qual HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO e mantenho a(s) prisão(ões) da(s) flagranteada(s): CLAUDINEIA FARIAS DA MOTA

8. Dar ciência ao ilustre membro da Defensoria Pública (Artigo 306, § 1º do Código de Processo Penal, com a redação determinada pela Lei Federal nº 11.449/2007)

9. Aguardar em cartório o encaminhamento dos autos principais, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsto no artigo 51 da Lei Federal nº 11.343/2007

10. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### RELAXAMENTO DE PRISÃO

00115 - 001008194954-6

Requerente: Angela Maria Nascimento de Moraes => DECISÃO: “(...) 16. Desta forma, em face ao exposto, acato o douto parecer ministerial, adotando como razões de decidir, e INDEFIRO o pedido de Relaxamento de Prisão em Flagrante da requerente ÂNGELA MARIA NASCIMENTO DE MORAES, nos autos do Pedido de Relaxamento de Prisão nº 0010.08.194954-6, da 2A Vara Criminal da Comarca de Boa Vista(RR). 17. Ciente o Ministério Público

18. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se Comarca de Boa Vista(RR), em 27 de agosto de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal.” Adv - Luiz Eduardo Silva de Castilho.

#### 4A VARA CRIMINAL

Expediente de 05/09/2008

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Jésus Rodrigues do Nascimento**

**PROMOTOR(A):**

**Adriano Ávila Pereira**

**Carla Cristiane Pipa**

**ESCRIVÃO(A):**

**Maria do Perpétuo Socorro Nunes de Queiroz**

#### CRIME C/ PATRIMÔNIO

00116 - 001008188241-6

Réu: José Walter Castro da Silva => Intime-se a defesa para apresentação de alegações finais, por memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. Adv - Antônio O.f.cid, Bernardino Dias de S. C. Neto, Suellen Peres Leitão.

#### 5A VARA CRIMINAL

Expediente de 05/09/2008

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Leonardo Pache de Faria Cupello**

**PROMOTOR(A):**

**Cláudia Parente Cavalcanti**

**ESCRIVÃO(A):**

**Ronaldo Barroso Nogueira**

#### CRIME C/ PATRIMÔNIO

00117 - 001007179531-3

Réu: Marcio da Silva Cruz e outros => FINALIDADE: Intimar os advogados dos réus para tomarem ciência da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 10.09.2008 às 09h:20min. Cumpra-se. Adv - Maria Gorete Moura de Oliveira, José Fábio Martins da Silva, Emanuel Maciel da Silva, Moacir José Bezerra Mota.

#### CRIME C/ PESSOA

00118 - 001001014097-7

Réu: Michel Farias Pinheiro => FINAL DE SENTENÇA:”...Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso III, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de MICHAEL FARIAS PINHEIRO, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P.R.I. Após trânsito em julgado, dê-se vista as partes para se manifestarem na fase do art. 403 do CPP. Façam-se as necessárias comunicações.” Boa Vista-RR, 04 de setembro de 2008. Leonardo Pache de Faria Cupello-Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### COMARCA DE BOA VISTA

#### JUIZADOS ESPECIAIS

#### ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 05/09/2008

000099RR-E =>00001

000202RR-B =>00001

000245RR-A =>00001

000290RR-B =>00001

000444RR =>00001

000496RR =>00001

### PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

#### 2º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 05/09/2008

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**

**Erick Cavalcanti Linhares Lima**

**PROMOTOR(A):**

**Cláudia Parente Cavalcanti**

**Elba Crhistine Amarante de Moraes**

**Ilaine Aparecida Pagliarini**  
**Jeanne Christhine Fonseca Sampaio**  
**Luiz Carlos Leitão Lima**  
**Stella Maris Kawano Dávila**  
**Ulisses Moroni Junior**  
**Zedequias de Oliveira Junior**  
**ESCRIVÃO(Á):**  
**Luciana Silva Callegário**

**DECLARATÓRIA**

00001 - 001004088024-6

Autor: Denise Abreu Cavalcanti Calil

Réu: Telemar Norte Leste S/A => DESPACHO: Efetuado o bloqueio on line, tenho como realizada a penhora, nos termos do Enunciado 90 do Fonaje. Certifique o cartório o transcurso do prazo para o devedor, querendo, interpor embargos à execução. Após, caso não sejam interpostos os embargos, transfira-se o valor construído para a conta judicial. Determine o imediato desbloqueio dos valores que excedam a quantia desta execução. Cumpra-se com urgência. Em, 22 de agosto de 2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Silvana Borghi Gandur Pigari, Vivian Santos Witt, Adriana Paola Mendivil Vega, Carlos Philippe Sousa Gomes da Silva, Patrick Eduardo Moreira Magalhães, Viviane Bueno da Silva.

**HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO**

00002 - 001004084393-9

Requerente: Ana Lucia Carneiro Soares

Requerido: Maria da Conceição Lima Pereira => FINAL DE SENTENÇA: ...Art. 53, §4º da Lei 9.099/95. Ante o exposto, julgo extinta a presente execução, com fundamento do dispositivo acima declinado, propiciando a atualização da dívida e a expedição de Certidão de Dívida do Crédito. libere-se o bem construído. Determine o imediato desbloqueio de todos os valores atingidos. Sem custas ou honorários. (art. 55, da Lei 9.099/95). P. R. Intimem-se. Após, archive-se. Boa Vista/RR, 12 de agosto de 2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE BOA VISTA**  
**JUSTIÇA ITINERANTE**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 05/09/2008**

000025RR-A =&gt;00001

000385RR =&gt;00002

000449RR =&gt;00004;

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**VARA ITINERANTE****Expediente de 05/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz**  
**PROMOTOR(A):**  
**Elba Crhistine Amarante de Moraes**  
**Stella Maris Kawano Dávila**  
**ESCRIVÃO(Á):**  
**Ana Ângela Marques de Oliveira**  
**Eduardo Futemma Ushikoshi**

**EXECUÇÃO**

00001 - 001007168280-0

Exequente: H.L.S.A.

Executado: A.M.A. => Intimação ordenado(a). (...) Dessarte, mantenho a decisão de fl. 49. Intime-se a credora desta decisão e, havendo interesse no prosseguimento do feito contra o executado, para, querendo, nos termos da última parte do disposto no art. 475-J, atualizar o débito acrescentando a multa legal no percentual de dez por cento. Cumpra-se. Boa Vista, 23 de agosto de 2008. Tânia Maria Vasconcelos Dias - Juíza de Direito. Adv - Álvaro Rizzi de Oliveira.

00002 - 001007169997-8

Exequente: Francisco Nazaré de Carvalho

Executado: Jeane Custodio de Almeida => SENTENÇA: Acordo homologado. (...) julgo extinto o processo, com resolução de mérito e determino o arquivamento dos autos, transitada esta. Sentença publicada em audiência e intimadas as partes. Registre-se. Sem custas, tendo em vista a gratuidade da justiça deferida na inicial. Boa Vista, 03 de setembro de 2009. Tânia Maria Vasconcelos Dias - Juíza de Direito. Adv - Almir Rocha de Castro Júnior.

**GUARDA DE MENOR**

00003 - 001007167533-3

Requerente: D.W.G.F.

Requerido: I.R.S.F. => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 269 do CPC. (...) X- Isto posto, em consonância com o parecer Ministerial de fl. 58 que acolho, julgo procedente a presente ação, com resolução de mérito, forte no art. 269, inciso I, do CPC, concedendo a D.W.G.F. a guarda e responsabilidade do menor I.R.S.F., conforme requerido na inicial. Expeça-se o competente termo. XI- Sem custas, tendo em vista o disposto no §1º do art. 42-b, do COJERR. XII- Com o trânsito em julgado, archive-se. P.R.I. e Cumpra-se. Boa Vista, 23 de agosto de 2008. Tânia Maria Vasconcelos Dias - Juíza de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001007176275-0

Requerente: R.R.C. e outros => Intimação ordenado(a). I- Defiro o pedido de vista (fl.09), por 05(cinco) dias. II- Atenda-se. Intime-se e cumpra-se. Boa Vista, 02.09.2008. Tânia Maria Vasconcelos Dias - Juíza de Direito. Adv - Rachel Gomes Silva.

---

**COMARCA DE MUCAJÁ**  
**JUSTIÇA COMUM**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 05/09/2008

Não existem advogados para compor o índice.

---

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

---

**VARACÍVEL**

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**PRECATÓRIA CÍVEL**

00002 - 003008011374-6

Requerente: Inst.bras. Meio Ambiente-ibama

Requerido: Walace Pinto Porto => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Valor da Causa: R 1.096,44. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 003008011375-3

Requerente: Cons.reg.eng.arquitetura-crea/rr

Requerido: Construtora Prosolo Ltda => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Valor da Causa: R 1.644,98. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 003008011376-1

Requerente: Ministério Público

Requerido: Adão Irineu Neto => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 003008011377-9

Requerente: Prefeitura Municipal de Iracema

Requerido: Coordenadora Geral de Convênios do Minist.da Saúde => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 003008011378-7

Requerente: Gabrielly Renata Lopes e outros

Requerido: Bruno Peres Menezes => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Valor da Causa: R 400,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Juiz(íza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**ALVARÁ JUDICIAL**

00001 - 003008011381-1

Requerente: M.P.B. => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008.  
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE MUCAJÁ**  
**JUIZADOS ESPECIAIS**


---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 05/09/2008

Não existem advogados para compor o índice.

---

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**


---

**JUIZADO CÍVEL**

Juiz(íza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**EXECUÇÃO**

00001 - 003008011372-0

Exequente: Maurícia Mendes de Souza => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Valor da Causa: R 5.124,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(íza): Maria Aparecida Cury

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00002 - 003008011373-8

Autor: Raimundo Nonato Martins Silva

Réu: Gilson Costa Cardoso => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Valor da Causa: R 371,80 - Audiência Conciliação: Dia 02/10/2008, às 09:15 Horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**JUIZADO CRIMINAL**

Juiz(íza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**CONTRAVENÇÃO PENAL**

00003 - 003008011379-5

Indiciado: A.M.S. => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ PESSOA**

00004 - 003008011380-3

Indiciado: D.C.S. => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**


---

**JUIZADO CÍVEL**

Expediente de 05/09/2008

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**  
**Breno Jorge Portela S. Coutinho**  
**PROMOTOR(A) :**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Alexandre Martins Ferreira**

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00005 - 003008011373-8

Autor: Raimundo Nonato Martins Silva

Réu: Gilson Costa Cardoso => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 02/10/2008 às 09:15 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**JUSTIÇA COMUM**


---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 05/09/2008

004286AM =>00004

010898PA =>00003

000200RR-B =>00005

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**


---

**VARACÍVEL**

Expediente de 05/09/2008

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Luiz Alberto de Moraes Junior**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Hevandro Cerutti**  
**Marco Antônio Bordin de Azeredo**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Francisco Firmino dos Santos**

**DIVÓRCIO LITIGIOSO**

00002 - 004706006275-0

Requerente: M.C.F.S.

Requerido: B.R.L. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 23/09/2008. 773706 Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**EXECUÇÃO**

00003 - 004702000696-2

Exequente: Banco da Amazônia S/A

Executado: Rosilda Pereira de Souza => Fica Vossa Senhoria INTIMADO de todo o teor do r. despacho a seguir transcrito.” não consta o débito atualizado, vista ao exequente para apresentar planilha de cálculos atualizada para a realização da penhora on line”. Adv - Marcos Antonio dos Santos Vieira.

**EXECUÇÃO FISCAL**

00004 - 004702000530-3

Exequente: União

Executado: Valdemar Santos da Silva e outros => Intimação efetivado(a). “Fica Vossa Senhoria INTIMADO de todo o teor do r. despacha a seguir transcrito “Vista ao exequente sobre fls 160/164” Adv - Afonso Celso Jereissati Linhares.

**GUARDA DE MENOR**

00005 - 004707007312-8

Requerente: M.A.S.

Requerido: M.C.A.S. => Audiência REALIZADA. Final de decisão: Posto isso, com o parecer favorável do MP, defiro o pedido de guarda provisória das crianças YHAMARA ARAUJO SILVA e YARA ARAUJO SILVA à avó materna.Lavre-se o termo de compromisso. Decisão publicada em audiência e as partes devidamente intimadas.Registre-se e cumpra-se. Diligências necessárias.Nada mais havendo deu-se por encerrado o presente que depois de lido e achado conforme foi assinado por todos. Adv - Maria das Graças Barbosa Soares.

**VARACRIMINAL**

Expediente de 05/09/2008

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Luiz Alberto de Moraes Junior**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Hevandro Cerutti**  
**Marco Antônio Bordin de Azeredo**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Francisco Firmino dos Santos**

**CRIME C/ COSTUMES**

00006 - 004708007727-5

Réu: Francisco Otávio de Souza => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 25/09/2008 às 14:00 horas.  
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ PESSOA - JÚRI**

00007 - 004708008297-8

Réu: Amon Rodrigues da Silva => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 25/09/2008 às 15:05 horas.  
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**INFÂNCIA E JUVENTUDE****Expediente de 05/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Luiz Alberto de Moraes Junior****PROMOTOR(A) :****Hevandro Cerutti****Marco Antônio Bordin de Azeredo****ESCRIVÃO(Ã) :****Francisco Firmino dos Santos****ATO INFRACIONAL**

00001 - 004708008608-6

Indiciado: H.S.L. => SENTENÇA: VISTOS ETC. COM RAZÃO O PROMOTOR DE JUSTIÇA AO OFERECER REMISSÃO COM MEDIDA SÓCIO EDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, POIS O ATO INFRACIONAL É DE NATUREZA LEVE, O ADOLESCENTE NÃO É REINCIDENTE NA PRÁTICA DE TAIS ATOS, É COMPATÍVEL SUA IDADE COM O GRAU DE ESCOLARIDADE, TODAVIA, O ATO REVESTE-SE DE GRAVIDADE NA MEDIDA QUE PODE CAUSAR DANOS TERCEIROS, ASSIM APLICÓ AO ADOLESCENTE A MEDIDA SÓCIO EDUCATIVA PREVISTA, O ADOLESCENTE PRESTARA SERVIÇO NO CREAS, PELO PERÍODO DE QUATRO MESES, SENDO UMA HORA POR DIA. PELO EXPOSTO, COM FUNDAMENTO NO ART.112, II e III DO ECA, DEFIRO O PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, HOMOLOGANDO POR SENTENÇA A REMISSÃO NOS TERMOS EXPOSTOS ACIMA, POR VIA DE CONSEQUÊNCIA, EXTINGO O PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO EM RELAÇÃO AO ADOLESCENTE H.S L. SENTENÇA PUBLICADA E PARTES INTIMADAS EM AUDIÊNCIA. REGISTRE-SE. POR FIM, DETERMINO: SEJA O NOME DO ADOLESCENTE NOMINADO ANOTADO NO LIVRO DE REMISSÕES DESTA COMARCA. OUTROSSIM, OFICIE-SE AO CREAS, PARA QUE. A COORDENADORA FORNEÇA A ESTE JUÍZO RELATÓRIO MENSAL SOBRE O CUMPRIMENTO DA MEDIDA IMPOSTA AO MENOR, CUMPRA-SE. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz de Direito encerrar o presente termo o qual segue assinado pelos presentes. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR. Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE MUCAJÁ  
JUIZADOS ESPECIAIS****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 05/09/2008**

000078RR-A =&gt;00003

000176RR-B =&gt;00003

000280RR-B =&gt;00003;

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****JUIZADO CÍVEL**

Juiz(iza): Luiz Alberto de Moraes Junior

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00001 - 004708008589-8

Autor: M.moraes Araujo-me

Réu: Thiago Braga Martins => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Valor da Causa: R 233,88 - Audiência Conciliação: Dia 03/10/2008, às 11:00 Horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**JUIZADO CRIMINAL**

Juiz(iza): Luiz Alberto de Moraes Junior

**CRIME C/ PESSOA**

00002 - 004708008588-0

Indiciado: M.R.M. => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008.  
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****JUIZADO CÍVEL****Expediente de 05/09/2008****JUIZ(A) PRESIDENTE(A):****Luiz Alberto de Moraes Junior****PROMOTOR(A) :****Hevandro Cerutti****Marco Antônio Bordin de Azeredo****ESCRIVÃO(Ã) :****Francisco Firmino dos Santos****INDENIZAÇÃO**

00003 - 0047070006902-7

Autor: Aurea Ramos Genelhu

Réu: Telemar Norte Leste S/A => Autos remetidos ao Tribunal de Justiça. Turma Recursal Adv - Helder Figueiredo Pereira, Viviane Noal dos Santos Esteves, João Pereira de Lacerda.

**COMARCA DE SÃO LUIZ  
JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 05/09/2008**

Não existem advogados para compor o índice.

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Elvo Pigari Junior

**CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA**

00001 - 006008022408-6

Indiciado: F.S.L. => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ PATRIMÔNIO**

00002 - 006008022405-2

Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 006008022406-0

Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 006008022411-0

Indiciado: M.P.S. => Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 006008022413-6

Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 006008022414-4

Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

## CRIME C/ PESSOA

00007 - 006008022409-4

Indiciado: F.R.C. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00008 - 006008022407-8

Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. =&gt; Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

## CRIME DE TÓXICOS

00009 - 006008022410-2

Indiciado: C.G. =&gt; Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00010 - 006008022412-8

Distribuição por Sorteio em 05/09/2008. =&gt; Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE CARACARAÍ****PORTARIA/ GAB/ Nº 011/2008**

O Dr. **MARCELO MAZUR**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Caracarái, RR, no uso de suas atribuições legais e correicionais, na forma da Lei, etc...

**CONSIDERANDO** que a Justiça deve funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, sem interrupções;

**CONSIDERANDO** o disposto nas Resoluções de nº 24 e 30, aprovadas pelo Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, as quais regulamentam os plantões judiciários nas Comarcas do interior;

**CONSIDERANDO** que nesses plantões o juiz plantonista designará até 02 (dois) servidores para trabalharem tanto na forma de plantões extras, como na forma de sobreaviso, visando atender às pretensões aviadas em juízo,

**RESOLVE:**

**Art. 1º - DETERMINAR** que, além dos finais de semana e feriados, haverá, a cada dia na semana, um funcionário de sobreaviso, para atender as causas denominadas urgentes, devendo para tanto, ser afixada na porta deste Fórum o nome do servidor e o respectivo telefone.

**Art. 2º - FIXAR** a escala do regime de sobreaviso da Comarca de Caracarái, RR, para os **FINAIS DE SEMANA**, no período compreendido entre **05 de SETEMBRO a 03 de outubro de 2008**, conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	HORÁRIO
Sandro Araújo de Magalhães	Assistente Judiciário	05 a 08 de setembro	Das 18:00 h do dia 05.09.08 às 08:00 do dia 08.09.08
Kamyla Karyna Oliveira Castro	Analista Processual	12 a 15 de setembro	Das 18:00 h do dia 12.09.08 às 08:00 do dia 15.09.08
Wendel Cordeiro de Lima	Oficial de Justiça	19 a 22 de setembro	Das 18:00 h do dia 19.09.08 às 08:00 do dia 22.09.08
Ronniely Conceição de Araújo	Assistente Judiciário	26 a 29 de setembro	Das 18:00 h do dia 26.09.08 às 08:00 do dia 29.09.08

**Art. 3º - FIXAR** a escala do regime de sobreaviso da Comarca de Caracarái, RR, para os **DIAS DA SEMANA**, no período compreendido entre **05 de SETEMBRO a 03 de outubro de 2008**, excluindo-se o horário de expediente normal (das 08:00 às 18:00 horas), caso não haja feriado, conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	HORÁRIO
Sandro Araújo de Magalhães	Assistente Judiciário	08 a 12 de setembro	Das 18:00 h do dia 08.09.08 às 08:00 do dia 12.09.08
Kamyla Karyna Oliveira Castro	Analista Processual	15 a 19 de setembro	Das 18:00 h do dia 15.09.08 às 08:00 do dia 19.09.08
Wendel Cordeiro de Lima	Oficial de Justiça	22 a 26 de setembro	Das 18:00 h do dia 22.09.08 às 08:00 do dia 26.09.08
Ronniely Conceição de Araújo	Assistente Judiciário	29 de setembro a 03 de outubro	Das 18:00 h do dia 29.09.08 às 08:00 do dia 03.10.08

**Art. 4º - DETERMINAR** que os servidores escalados, quando acionados, façam uso funcional do Cartório deste Juízo durante a realização do Plantão Judiciário, bem como no horário em que estiverem de sobreaviso.

**Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo a mesma ser enviada à Douta Corregedoria-Geral de Justiça, em razão do Provimento nº 001/2005, como também, aos seguintes órgãos/instituições públicas: MPE/DPE/DEPOL/OAB e SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, conforme determina o art. 4º da Resolução de nº 30.**

Dê-se ciência aos servidores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Caracarái, RR, 02 de setembro de 2008.

**Juiz MARCELO MAZUR**



**COMARCA DE RORAINÓPOLIS****Portaria/Gabinete/Nº 019/2008****Rorainópolis(RR), 02 de setembro de 2008**

O **Dr. ELVO PIGARI JÚNIOR**, MM. Juiz de Direito Titular respondendo por esta Comarca, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei etc.

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria/CGJ nº 125/05, de 14 de dezembro de 2005, a qual regulamenta os plantões judiciários nas Comarcas do interior;

**CONSIDERANDO** que nos plantões judiciários o atendimento deve ser ágil e eficaz com pronta resposta as pretensões deduzidas ao Juízo;

**CONSIDERANDO** a necessidade dos serventuários da justiça serem acionados para auxiliarem nos plantões judiciários, a fim de que desempenhem com presteza e eficiência as suas funções;

**CONSIDERANDO** finalmente os termos da Resolução nº 030/07, do Tribunal de Justiça, de 20 de junho de 2007, que organizou os plantões judiciários das Comarcas do Interior do Estado.

**RESOLVE:**

**ART. 1º - FIXAR a escala de plantão da Comarca de Rorainópolis, para o mês de setembro de 2008, conforme tabela abaixo:**

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	HORÁRIO
Francisco Firmino dos Santos	Escrivão em Exercício	06 e 07 de setembro	08:00 às 18:00 hs
Gabriela Leal Gomes	Técnico Judiciário	13 e 14 de setembro	08:00 às 18:00 hs
Alvaro Antônio Fernandez Marques	Assistente Judiciário	20 e 21 de setembro	08:00 às 18:00 hs
Geovani de Moura	Assistente Judiciário	27 e 28 de setembro	08:00 às 18:00 hs

**ART. 2º - DETERMINAR** que os servidores acima relacionados façam uso funcional do Cartório deste Juízo durante a realização do Plantão Judiciário, com intervalo de duas horas para o almoço.

Parágrafo Único: **Durante o Plantão, no horário de atendimento, o serviço poderá ser acionado através dos telefones (95) 3238-1385 ou 3238-1398 (Cartório).**

**ART. 3º - Ficará de regime de sobreaviso o servidor FRANCISCO FIRMINO DOS SANTOS – Escrivão Judicial em exercício, e na ausência deste, seu substituto, GABRIELA LEAL GOMES, a partir das 18:00 horas do término do expediente funcional até às 08:00 horas do dia seguinte.**

Parágrafo Único: **Os servidores que estão de sobreaviso poderão ser acionados através dos telefones (95) 3238-2085 ou 3238-1829.**

**ART.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo a mesma ser enviada a Douta Corregedoria-Geral de Justiça, para fins do Provimento Nº 001/2005.**

**ART. 5º - Dê-se ciência aos servidores.**

**Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.**

**Rorainópolis(RR), 02 de setembro de 2008.**

**ELVO PIGARI JÚNIOR**  
**Juiz de Direito Titular Respondendo**  
**Pela Comarca de Rorainópolis**

**8ª VARA CÍVEL****PORTARIA Nº 001/08 de 05 de setembro de 2008**

O **Dr. César Henrique Alves**, MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível desta Comarca, no uso de suas atribuições legais, etc...

**CONSIDERANDO** o teor da Portaria nº046/2008, da Corregedoria Geral de Justiça do Egrégio tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a qual designa os dias 08 à 14/09, para cumprimento do Plantão Judiciário.

**CONSIDERANDO** o teor do Provimento nº 067/2003, da Corregedoria Geral de Justiça do Egrégio tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar os servidores Eliana Palermo Guerra - Escrivã Judicial, matrícula 3010530, Thaise Alonso Perdiz, Assistente Judiciário, matrícula 3010489, Raimundo Maécio Siqueira de Souza para cumprirem o Plantão Judiciário, no Cartório da 8ª Vara Cível.

**Art. 2º.** Determinar que, conforme o Provimento supramencionado em seu art. 2º letras *a* e *b*, durante os dias 13 e 14 de setembro do corrente ano, no horário compreendido entre 08:00 hs. e 18:00 hs. deverão os servidores permanecer em Cartório.

**Art. 3º.** Determinar, segundo o art. 3º e Parágrafo único do mesmo Provimento, que durante o intervalo das 18:01 hs. às 07:59 hs. no período de 08 a 12 de setembro, o plantão dar-se-á no regime de sobreaviso, mediante o atendimento pelo telefone do plantonista, nº 99715002, devendo comparecer os servidores ao cartório, caso se faça necessário.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

**César Henrique Alves**  
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR****SECRETARIA JUDICIÁRIA**

Expediente do dia **08 de setembro de 2008**, para ciência e intimação das partes.

**DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS:**

Em conformidade com o art. 20 do RI deste Tribunal, os seguintes feitos foram distribuídos no expediente do dia **06/09/2008**:

RECURSO ELEITORAL N.º 56

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL FACE A DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE REPRESENTAÇÃO, DEIXANDO DE APLICAR MULTA À RECORRIDA, NOS AUTOS 23/2008 - 5ª ZE.

RECORRENTE: COLIGAÇÃO “BOA VISTA FELIZ” (PR/DEM/PSDB/PC DO B/PMN/PSL/PTB/PRP/PT DO B/PSC/PSDC/PTN/ PRTB/ PPS/PRB) e LUCIANO DE SOUZA CASTRO

ADVOGADOS: LEANDRO FINELLI e JOHN PABLO SOUTO SILVA

RECORRIDO: TV CABURAI - CANAL 8 – BANDEIRANTES

ADVOGADOS: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE e ALEXANDRE MATIAS MORRIS

**RELATOR: JUIZ LUIZ FERNANDO MALLET**

**DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS:**

Em conformidade com o art. 20 do RI deste Tribunal, os seguintes feitos foram distribuídos no expediente do dia **08/09/2008**:

AÇÃO CAUTELAR N.º 2

ASSUNTO: MEDIDA CAUTELAR, COM PEDIDO DE LIMINAR, REFERENTE A SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS DA REPRESENTAÇÃO ELEITORAL N.º 28/2008 - DIREITO DE RESPOSTA.

**REQUERENTE:** COLIGAÇÃO “BOA VISTA FELIZ” E LUCIANO DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO: LEANDRO FINELLI

**REQUERIDO:** IRADILSON SAMPAIO DE SOUZA

**RELATOR: JUIZ ERICK LINHARES**

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS/DECISÕES:**

RECURSO ELEITORAL N.º 38

**RESUMO: RECURSO ORDINÁRIO DA DECISÃO QUE JULGOU PROCEDENTE AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO, DECLAROU A INELEGIBILIDADE E INDEFERIU O REGISTRO DE CANDIDATURA DO SR. PAULO DE SOUZA PEIXOTO AO CARGO DE PREFEITO, BEM COMO INDEFERIU O REGISTRO DE CANDIDATURA DO SR. JOSEMAR DO CARMO AO CARGO DE VICE-PREFEITO, NO MUNICÍPIO DE CANTÁ, ELEIÇÕES 2008.**

RECORRENTE: PAULO DE SOUZA PEIXOTO

ADVOGADO: ALEXANDER LADISLAU MENEZES

RECORRENTE: JOSEMAR DO CARMO

ADVOGADOS: ALEXANDER LADISLAU MENEZES E OUTROS

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL JUNTO À 3ª ZONA

RECORRIDO: COLIGAÇÃO “LIBERDADE E LUTA” (PMDB/PV/PSC/PSB)

ADVOGADO: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE

**RELATOR: JUIZA MARIA DILMAR**

**DESPACHO**

Homologo a renúncia ao prazo para interposição de recurso, protocolada por Paulo de Souza Peixoto (f. 413).

Retorne os autos à 3ª ZE.

Boa Vista, 06 de setembro de 2008.

Juiz ALMIRO PADILHA  
Presidente

**PROCESSO N.º 54 – CLASSE RECURSO ELEITORAL**

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL DA DECISÃO QUE JULGOU PROCEDENTE REPRESENTAÇÃO, DETERMINANDO A RETIRADA DOS VEÍCULOS EM CIRCULAÇÃO DE TODA PROPAGANDA CONTENDO O NOME DA EX-CANDIDATA MARIA MARLUCE MOREIRA PINTO, SOB PENA DE MULTA DE R\$ 2.000,00 POR CADA VEÍCULO.

RECORRENTES: LUCIANO DE SOUZA CASTRO E COLIGAÇÃO BOA VISTA FELIZ

ADVOGADO: LEANDRO FINELLI, PABLO SOUTO E OUTROS

RECORRIDO: COLIGAÇÃO BOA VISTA DE TODOS NÓS

ADVOGADO: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE E OUTRA

**RELATOR: JUIZ HELDER GIRÃO**

**DESPACHO**

Digam o recorrido e a PRE acerca da diligência e das provas novas, bem como se persiste objeto no presente recurso.

Prazo sucessivo de 24h, primeiro o recorrido.

Publique-se.

Boa Vista, 5 de setembro de 2008.

Juiz HELDER GIRÃO  
Relator

**1ª ZONA ELEITORAL**

A 1ª Zona Eleitoral de Roraima torna público o Balanço Patrimonial do Partido da República – PR, nos termos do disposto no artigo 15 da Resolução n.º 21.841/2004. Os Partidos Políticos, na forma do artigo 26 da Resolução mencionada, poderão examinar, no prazo

de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 5 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

#### Balanço Patrimonial

	<b>Total</b>
<b>1 ATIVO</b>	<b>0,00</b>
<b>1.1 ATIVO CIRCULANTE</b>	
<b>1.2 REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	
<b>1.3 ATIVO PERMANENTEMENTE</b>	
<b>2 PASSIVO</b>	<b>0,00</b>
<b>2.1 PASSIVO CIRCULANTE</b>	

ANTÔNIO MECIAS PEREIRA DE JESUS  
Presente

JOSÉ MARIA QUEIROZ  
Tesoureiro

DANUSA RAMOS PEREIRA DE PAULA  
Contabilista/CRC n.º – 000689/O-0

## EDITAIS

### TABELIONATO DE 1º OFÍCIO

**Tabelionato Deusdete Coelho - 1º Ofício**  
**Av. Ville Roy, 5623-E, Boa Vista-RR**  
**EDITAL DE PROCLAMAS**

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro, neste Registro Civil das Pessoas Naturais - 1º Ofício da Capital de Boa Vista-RR:

#### 1) OSTROGILDO DOS SANTOS LEAL e TAYNARA HELENA MASSANEIRO FERNANDES FLESSAK

ELE: nascido em Vitorino Freire-MA, em 20/10/1977, de profissão instrutor de trânsito, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua: Rodrigo Farias, nº 195, Bairro: Mecejana, Boa Vista-RR, filho de FRANCISCO CIPRIANO LEAL e RAIMUNDA DOS SANTOS LEAL.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 10/01/1991, de profissão estudante, estado civil solteira, domiciliada e residente na Av: Mário Homem de Melo, nº 4759, Bairro: Caimbé, Boa Vista-RR, filha de GREGÓRIO FLESSAK e MARIA ELOINA FLESSAK.

#### 2) FLÁVIO EDUARDO FARIA DAMASCENO e YOJAIRA MELISSA BARBOSA FIGUEIRA

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 29/11/1981, de profissão técnico em eletrônica, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Av: Eldorado, nº 201, Bairro 13 de Setembro, Boa Vista-RR, filho de GLEDISTONE ALVES DAMASCENO e ELIZA FARIA DAMASCENO.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 15/12/1988, de profissão do lar, estado civil solteira, domiciliada e residente na Av: Eldorado, nº 201, Bairro 13 de Setembro, Boa Vista-RR, filha de ILDEMAR DOS SANTOS FIGUEIRA e IRANEIDE BARBOSA FIGUEIRA.

#### 3) HORTAGUINAN VERAS CAMPOS e TATIANADA CONCEIÇÃO MARINHO LIMA

ELE: nascido em Imperatriz-MA, em 20/11/1973, de profissão funcionário público, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua: N-24, nº 390, Bairro: Dr. Silvio Botelho, Boa Vista-RR, filho de JOSE SOUSA CAMPOS e MARIA DE LOURDES VERAS CAMPOS.

ELA: nascida em Santa Inês-MA, em 08/12/1975, de profissão técnica em laboratório, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua: N-24, nº 390, Bairro: Dr. Silvio Botelho, Boa Vista-RR, filha de ELIAS DE SOUSA LIMA e MARIA CLEONICE MARINHO LIMA.

#### 4) JORGE ANDERSON SCHWINDEN e CLENUBIA ALVES DE BRITO

ELE: nascido em Erechim-RS, em 28/10/1963, de profissão funcionário público, estado civil solteiro, domiciliado e residente na

Av: Levina Alves da Silva, nº 45, Bairro: Caçari, Boa Vista-RR, filho de WALMOR SCHWINDEN e EDELMA MARIZA SCHWINDEN.

ELA: nascida em Tauá-CE, em 15/07/1966, de profissão gerente, estado civil solteira, domiciliada e residente na Av: Levina Alves da Silva, nº 45, Bairro: Caçari, Boa Vista-RR, filha de JOSE ALVES FEITOSA e MARIA ALVES DE BRITO.

#### 5) QUEICE MELO PEREIRA e VALERIA SANTOS CHAPARRO

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 07/02/1984, de profissão técnico em informática, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Av: Sebastião Diniz, nº 1535, Bairro: Centro, Boa Vista-RR, filho de GENARIO DE SOUZA PEREIRA e ROSANETE SARMENTO DE MELO.

ELA: nascida em Marabá-RR, em 03/06/1985, de profissão secretária, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua: Manoel Teixeira de Souza, nº 207, Bairro: Caimbé, Boa Vista-RR, filha de ENIO NAVARRO CHAPARRO e ELIOENNAI SANTOS E SILVA.

#### 6) JOAO SWAMY MIRANDA DA SILVA e WILSA CARLA ROIZ SOUZA

ELE: nascido em Fortaleza-CE, em 31/07/1976, de profissão funcionário público, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua: Botão de Ouro, nº 90, Bairro: Pricumã, Boa Vista-RR, filho de JOAO INACIO DA SILVA e MARILIA NICE MIRANDA DA SILVA.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 19/03/1983, de profissão funcionária pública, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua: Santa Luzia, nº 298, Bairro: Cinturão Verde, Boa Vista-RR, filha de AVELINO JOSE DE SOUZA e DAYSE FERREIRA ROIZ.

#### 7) VOLNEI DA SILVA e MARIA ZENEIDE DOS SANTOS MODESTO

ELE: nascido em Douradina-PR, em 03/03/1970, de profissão metalúrgico, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua: Uailan, apt.03, nº 197, Bairro: 13 de setembro, Boa Vista-RR, filho de PAULO DA SILVA e MARIA PACIENTE DA SILVA.

ELA: nascida em Rio Branco-AC, em 29/08/1973, de profissão do lar, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua: Uailan, apt.03, nº 197, Bairro: 13 de setembro, Boa Vista-RR, filha de IDUL SANTOS MODESTO e RAIMUNDA DOS SANTOS MODESTO.

Se alguém souber de algum impedimento queira acusá-lo na forma da Lei. Boa Vista-RR, 08 de setembro de 2008. DEUSDETE COELHO FILHO, Oficial, subscrevo e assino.

### TABELIONATO DE 2º OFÍCIO

#### EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar CLEITON NICOLAU BURG e MARIANA CARVALHO DE QUEIROZ, para o que apresentaram os

documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascido a 9 de janeiro de 1985, de profissão Mecânico, residente na Rua: Das Três Marias nº 203, Pricuma, filho de **ALFREDO CARLOS BURG** e de **DÉBIT BURG**.

**ELA** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascida a 14 de setembro de 1988, de profissão Telefonista, residente na Rua: Japão nº 406 Bairro: Cauame, filha de **HIDER LUCENA DE QUEIROZ** e de **PEDRA CARVALHO DE QUEIROZ**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 8 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

#### EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar **MARCONY HOLANDA FARIAS** e **CARLA CRISTINA CARVALHO DE OLIVEIRA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, II, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Santa Inês, Estado do Maranhão, nascido a 4 de maio de 1984, de profissão Funcionário Público, residente Rua: Das Acácias nº 549 Bairro: Pricuma, filho de **NABY COSTA FARIAS** e de **ELEIDE HOLANDA FARIAS**.

**ELA** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascida a 21 de julho de 1991, de profissão Estudante, residente Rua: Manoel Silva Mota nº 909 Bairro: Asa Branca, filha de **CARLOS ALBERTO SEARA DE OLIVEIRA** e de **GEIZA PEDROSA CARVALHO**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 3 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

Faço saber que pretendem se casar **RAFAEL PEREIRA DA SILVA** e **RENATA DIAS PINTO**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, II, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascido a 10 de setembro de 1988, de profissão Lanteneiro, residente Rua: Galileia nº 390 Bairro: Jóquei Clube, filho de **JOSE DE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA** e de **ODETE RODRIGUES DA SILVA E SILVA**.

**ELA** é natural de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará, nascida a 23 de maio de 1984, de profissão Estudante, residente na Rua: Manoel T. Souza nº 332 Bairro: Caimbé, filha de **FRANCISCO EUDECI PINTO** e de **MARIA DO SOCORRO DIAS PINTO**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 4 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

Faço saber que pretendem se casar **ANDERSON CRUZ DE OLIVEIRA** e **MARCELIA QUEIROZ DE ALMEIDA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, II, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascido a 22 de setembro de 1982, de profissão Téc. Em segurança eletrônico, residente na rua: Três Marias nº. 302, Bairro Pricumã, filho de **JOSE LOURENÇO REIS DE OLIVEIRA** e de **WALDECI CRUZ DE OLIVEIRA**.

**ELA** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascida a 19 de março de 1984, de profissão Aux. Administrativo, residente na rua: Três Marias nº. 302, Bairro Pricumã, filha de \*\*\*\* e de **MARINETE ALMEIDA DA SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 5 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

Faço saber que pretendem se casar **FRANCISCO SILVINO DO NASCIMENTO** e **ROSILENE DA SILVA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, II, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Pedreiras, Estado do Maranhão, nascido a 27 de maio de 1959, de profissão aposentado, residente na rua: Antonio Dourado de Santana nº 176, Bairro: Centro, filho de **SERAFIM TOMÁS NASCIMENTO** e de **MARIA SILVINA DO NASCIMENTO**.

**ELA** é natural de Pedreiras, Estado do Maranhão, nascida a 9 de outubro de 1983, de profissão do lar, residente na rua: Antonio Dourado de Santana nº 746, Bairro: Centro, filha de \*\*\*\* e de **ELISA DA SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 8 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião



#### Justiça Especial Volante JUSTIÇA NO TRANSITO

Acidentes de trânsito no perímetro urbano de Boa Vista em que tenham ocorrido somente danos materiais, sem vítimas

- Atendimento 24h, todos os dias da semana
- (95) 9971-6700 – 3621 2657 Justiça no Trânsito
- 190 – Central de Operações da Polícia Militar – COPOM
- 194 – Central de Operações da Polícia Civil
- A equipe se deslocará ao local do acidente e um conciliador tentará promover a conciliação dos envolvidos para solução imediata da questão

**JUSTIÇA MÓVEL**  
**0800 280 8580**

**Diário do Poder Judiciário**  
**Provimento Nº 001/1992**

**Des. Robério Nunes dos Anjos**  
*Presidente*

**Des. Carlos Henriques Rodrigues**  
*Vice-Presidente*

**Des. Lupercino de Sá Nogueira Filho**  
*Corregedor Geral de Justiça*

**Des. José Pedro Fernandes**  
**Des. Mauro José do Nascimento Campello**  
**Des. Ricardo de Aguiar Oliveira**  
**Des. Almiro José Mello Padilha**  
*Membros*

**João Augusto Barbosa Monteiro**  
*Diretor-Geral*

**Palácio da Justiça**  
Praça do Centro Cívico, s/n, Centro  
Cep: 69301-380, Boa Vista, RR  
(95) 3621-2675

**Corregedoria**  
**Geral de Justiça**

**Ouvidoria-Geral**

**Telefone**  
**0800 2809551**

e-mail:  
**ouvidoria@tj.rr.gov.br**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**  
**Departamento de Informática**

**Em caso de problemas com:**

- **SISCOM**
- **Equipamentos de Informática**
- **Softwares/Aplicativos**
- **Acesso ao Serviço de Redes**
- **Dúvidas e/ou solicitações na área de informática**

Entre em contato com:

**Central de Atendimento**

**Ramal: 2670**  
**(Palácio da Justiça e Fórum)**

**Externo: 3621-2670**  
**(Juizado da Infância e Juventude e Comarcas)**

**e-mail: [suporte@tj.rr.gov.br](mailto:suporte@tj.rr.gov.br)**

**Acesse a intranet: <http://intranet/>**

**Horário: 08:00 às 18:00**

**SAU Seção de Atendimento ao Usuário - DI**

*Serviço exclusivo ao Poder Judiciário do Estado de Roraima*



**Telefones Úteis**

**Plantão Judicial 1ª Instância**  
**9971 5002**

**Plantão Judicial 2ª Instância**  
**9959 8745**

**Ouvidoria**  
**0800 280 9551**  
**3623 3352**

**Vara da Justiça Itinerante**  
**0800 280 8580**  
**3624 2769**  
**9971 4910**

**Justiça no Trânsito**  
**9971 6700**



**Assine o**

**DIÁRIO  
DO PODER  
JUDICIÁRIO**

**3623-6108**



**Assine o**

**DIÁRIO  
DO PODER  
JUDICIÁRIO**

**3623-6108**



# **Assine o Diário do Poder Judiciário**

**Telefone: 3623-6108**



**Assine o Diário do  
Poder Judiciário**

**Telefone: 3623-6108**